



RELATÓRIO DE PROGRESSO : 2017

Marco de Parceria das Nações Unidas
para o Desenvolvimento Sustentável

Brasil | 2017-2021



RELATÓRIO DE PROGRESSO 2017

Marco de Parceria das Nações Unidas
para o Desenvolvimento Sustentável

2017-2021



Nações Unidas no Brasil



Sumário

| | |
|---|----|
| Resumo Executivo | 6 |
| A ONU no Brasil | 11 |
| Resultados Programáticos | 12 |
| Eixo Pessoas: Sociedade inclusiva, equitativa e com plenos direitos para todos e todas | 15 |
| Resultado 1: Desenvolvimento social fortalecido em todo o país, com a redução da pobreza através do acesso a bens e serviços públicos de qualidade, especialmente nas áreas de educação, saúde, assistência social, segurança alimentar e nutricional e do trabalho decente, de forma equitativa e com ênfase na igualdade racial, étnica, de gênero e geracional | 16 |
| Ações de prevenção ao HIV/Aids | 25 |
| Mapa de Atuação Geográfica por Estados Brasileiros - Eixo Pessoas | 27 |
| Eixo Planeta: Gestão sustentável dos recursos naturais para as gerações atuais e futuras | 28 |
| Resultado 2: Modelos de governança participativa de gestão sustentável de recursos naturais e serviços ecossistêmicos, efetivos e fortalecidos, buscando territórios integrados, resilientes e inclusivos..... | 29 |
| Resultado 3: Capacidades institucionais fortalecidas para promover as políticas públicas, sua coerência e implementação, para a gestão sustentável de recursos naturais e serviços ecossistêmicos e o combate às mudanças do clima e seus efeitos adversos | 30 |
| Diálogos sobre Mudanças do Clima | 34 |
| Mapa de Atuação Geográfica por Estados Brasileiros – Eixo Planeta | 35 |
| Eixo Prosperidade: Prosperidade e qualidade de vida para todas as pessoas..... | 36 |
| Resultado 4: Crescimento econômico inclusivo e ambientalmente sustentável, com diversificação produtiva, fortalecimento industrial, infraestrutura resiliente, aumento da produtividade e inovação, transparência, participação social e valorização das micro e pequenas empresas..... | 37 |
| Resultado 5: Redução das desigualdades socioeconômicas e territoriais, com promoção do pleno emprego e do trabalho decente, garantia dos direitos sociais e trabalhistas, qualificação profissional, com especial atenção às pessoas em situação de maior vulnerabilidade..... | 40 |
| Empoderando Refugiadas | 41 |
| Mapa de Atuação Geográfica por Estados Brasileiros – Eixo Prosperidade | 43 |

| | |
|--|-----------|
| Eixo Paz: Sociedade pacífica, justa e inclusiva..... | 44 |
| Resultado 6: Promoção de uma sociedade pacífica, justa e inclusiva por meio de participação social, transparência e governança democrática, respeitando-se a laicidade do Estado e garantindo-se direitos humanos para todos e todas | 45 |
| Influxo Venezuelano no Brasil | 49 |
| Mapa de Atuação Geográfica por Estados Brasileiros – Eixo Paz | 51 |
| Temas Transversais | 52 |
| Gênero, Raça e Etnia | 52 |
| Juventude | 53 |
| Direitos Humanos | 54 |
| Cooperação Sul-Sul Trilateral | 56 |
| Campanha Vidas Negras..... | 58 |
| Comunicação | 59 |
| Operações | 61 |
| Parcerias | 62 |
| Sistema ONU no Brasil | 65 |



Resumo Executivo

Marco de Parceria das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável 2017-2021

A ONU tem representação fixa no Brasil desde 1947. São mais de sete décadas de atuação no território nacional. Atualmente, o Sistema das Nações Unidas é formado por 24 agências especializadas, fundos, programas e outros escritórios residentes que desenvolvem suas atividades em função de seus mandatos específicos, além de dois organismos não-residentes que também desenvolvem trabalho no Brasil.

A forma de atuação das Nações Unidas no Brasil muda de um organismo para outro, já que eles atuam em áreas específicas de acordo com seus mandatos. Trabalhando de maneira coordenada, esses organismos desenvolvem projetos com o governo – tanto em nível federal, como estadual e municipal – com a iniciativa privada, instituições de ensino e sociedade civil brasileira, sempre com o objetivo de buscar, conjuntamente, soluções para superar os desafios e as dificuldades presentes na formulação e implementação de uma agenda comum em favor do desenvolvimento humano equitativo e inclusivo.

Com o objetivo de trabalhar para o alcance das prioridades nacionais de desenvolvimento e dos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030, a ONU Brasil e o governo brasileiro criaram um marco programático comum para orientar a atuação do Sistema ONU no país. Este marco, anteriormente conhecido como Marco de Assistência das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDAF – na sigla em inglês), passou a ser chamado em 2017 de Marco de Parceria das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. O novo Marco de Parceria abrange o período de cinco anos, de 2017 até 2021, e está dividido em cinco eixos com sete áreas de resultados (Quadro 1, página 7).

O Sistema ONU no Brasil também criou um Plano de Trabalho para o biênio 2017-2018 de forma a sistematizar suas ações, atividades, projetos e iniciativas, criando oportunidades para uma atuação conjunta e coordenada. Neste Plano de Trabalho, os temas abordados no Eixo Parcerias aparecem transversalmente em todo o Plano de Trabalho. Para cada um dos demais eixos foi estabelecido um Grupo de Resultado correspondente, sendo este o responsável pelo acompanhamento da implementação das ações planejadas.

O objetivo do presente documento é, portanto, apresentar os avanços na implementação do plano de trabalho para 2017, dando destaque para alguns dos aportes trazidos pelo Sistema ONU no Brasil. O documento está dividido em quatro seções.

i) Resultados Programáticos

Eixo Pessoas, Eixo Planeta, Eixo Prosperidade, Eixo Paz e Temas Transversais

ii) Comunicação

iii) Operações

iv) Parcerias

Quadro 1: Eixos - Marco de Parceria da ONU para o Desenvolvimento Sustentável 2017-2021

| | |
|--|---|
| EIXO PESSOAS Sociedade inclusiva, equitativa e com plenos direitos para todos e todas | Resultado 1 - Desenvolvimento social fortalecido em todo o território, com a redução da pobreza, por meio do acesso a bens e serviços públicos de qualidade, especialmente nas áreas de educação, saúde, assistência social, segurança alimentar e nutricional e trabalho decente, com equidade e ênfase na igualdade de gênero, raça, etnia e geracional |
| EIXO PLANETA Gestão sustentável dos recursos naturais para as gerações atuais e futuras | Resultado 2 - Modelos de governança participativa de gestão sustentável de recursos naturais e serviços ecossistêmicos, efetivos e fortalecidos, buscando territórios integrados, resilientes e inclusivos Resultado 3 - Capacidades institucionais fortalecidas para promover as políticas públicas, sua coerência e implementação, para a gestão sustentável de recursos naturais e serviços ecossistêmicos e o combate às mudanças do clima e seus efeitos adversos |
| EIXO PROSPERIDADE Prosperidade e qualidade de vida para todas as pessoas | Resultado 4 - Crescimento econômico inclusivo e ambientalmente sustentável, com diversificação produtiva, fortalecimento industrial, infraestrutura resiliente, aumento da produtividade e inovação, transparência, participação social e valorização das micro e pequenas empresas Resultado 5 - Redução das desigualdades socioeconômicas e territoriais, com promoção do pleno emprego e do trabalho decente, garantia dos direitos sociais e trabalhistas, qualificação profissional, com especial atenção às pessoas em situação de maior vulnerabilidade |
| EIXO PAZ Sociedade pacífica, justa e inclusiva | Resultado 6 - Promoção de uma sociedade pacífica, justa e inclusiva por meio de participação social, transparência e governança democrática, respeitando-se a laicidade do Estado e garantindo-se direitos humanos para todos e todas |
| EIXO PARCERIAS Parcerias múltiplas para implementação da agenda de desenvolvimento sustentável | Resultado 7 - Parcerias estratégicas estabelecidas para fortalecer e promover a cooperação internacional e contribuir para a redução das desigualdades dentro e entre os países |

i) Resultados Programáticos

O Plano de Trabalho Conjunto elaborado pelas Nações Unidas para a implementação do Marco de Parceria abrange os dois primeiros anos do ciclo de cinco anos, 2017 e 2018. Assim, o conjunto de atividades identificadas reflete as diferentes abordagens da cooperação do Sistema ONU, como a mobilização institucional, *advocacy* de prioridades convergentes, aconselhamento no processo de elaboração de legislação interna que reflita as normas e princípios internacionalmente acordados, desenvolvimento e aprimoramento de capacidades técnicas e operacionais, produção e gestão de conhecimento, além de acompanhamento dessas ações, visando à sustentabilidade dos avanços alcançados.

Algumas dessas atividades foram trazidas de anos anteriores, enquanto outras foram criadas já no contexto da Agenda 2030. Para a implementação deste conjunto de atividades nos dois anos (2017 e 2018) foi estimado um orçamento de aproximadamente US\$ 274,64 milhões de dólares. Para o primeiro ano do Marco de Parceria, 2017, a execução das atividades planejadas alcançou aproximadamente US\$ 88 milhões de dólares.

Ao total, foram planejadas 446 atividades para o biênio 2017-2018, das quais 67 atividades já foram concluídas no primeiro ano. A maioria, no entanto, aproximadamente, 281 atividades, continuam em processo de execução em 2018.

O Eixo Pessoas, com 54,9% de todas as atividades planejadas para o biênio, é também o mais abrangente em relação às temáticas abordadas. A atuação está centrada na busca da melhoria do acesso e da qualidade em serviços de educação, saúde, assistência social, segurança alimentar e nutricional e trabalho decente, garantindo a equidade e promovendo a igualdade de gênero, raça, etnia e geracional. Nesse sentido, as 245 atividades do grupo foram distribuídas em quatro resultados específicos, sendo o primeiro relacionado ao fortalecimento de políticas públicas, o segundo abordando o desenvolvimento de capacidades, o terceiro focando nos esforços para produção de evidências e conhecimento e o quarto com atividades focadas em *advocacy* e comunicação.

Apesar de grande parte das atividades do Eixo Pessoas terem escopo nacional e, portanto, atenderem a toda a população brasileira, alguns grupos populacionais foram prioritários, entre eles estão: mulheres, jovens e adolescentes, população negra, população indígena, população LGBTI, pessoas vivendo com HIV, pessoas com deficiência, pequenos e médios produtores rurais e agricultores familiares, migrantes, refugiados e solicitantes de refúgio. O Eixo Pessoas ainda abordou questões de educação em direitos humanos, educação em gênero e sexualidade, educação em saúde, saúde sexual e reprodutiva, equidade de gênero, combate ao racismo e à homofobia, e promoção da participação de minorias representativas em políticas públicas.

O Eixo Planeta, com 16,6% de todas as atividades planejadas para o biênio 2017-2018, concentrou suas ações a atividades em dois resultados principais: i) gestão de recursos naturais e ii) combate às mudanças do clima e seus efeitos adversos. O primeiro resultado traz questões relacionadas à melhoria dos mecanismos de governança e promoção de engajamento nacional, regional e local dos stakeholders em fóruns que assegurem a coordenação e o diálogo permanente sobre o uso e a gestão dos recursos naturais. O segundo resultado busca fortalecer as políticas públicas nacionais, garantindo a implementação e a coerência da legislação ambiental brasileira relacionada à gestão sustentável de recursos naturais e serviços ecossistêmicos, bem como ao combate às mudanças do clima e seus efeitos

adversos. Para tanto é dado um enfoque especial nos grupos populacionais em situação de maior vulnerabilidade, como as populações ribeirinhas, os pequenos produtores e agricultores familiares, as populações tradicionais e os povos indígenas.

Assim como o Eixo Planeta, o Eixo Prosperidade, com 16,6% de todas as atividades planejadas para o biênio 2017-2018, está dividido em dois resultados. O primeiro se dirige às questões relacionadas à diversificação produtiva, ao fortalecimento da indústria e ao estabelecimento de infraestruturas resilientes, incluindo a produção habitacional, promovendo inovação e ao aumento da produtividade. O segundo resultado se orienta para o alcance desenvolvimento econômico aliado à justiça social, apoiando as políticas de empregabilidade, empreendedorismo, promoção do diálogo social, mecanismos de garantia dos direitos trabalhistas, combate ao trabalho forçado e infantil e garantia da igualdade de direitos para todas as pessoas, com foco especial nos grupos mais excluídos do mercado de trabalho.

O quarto eixo apresenta-se, assim como o primeiro eixo, em apenas um resultado. O Eixo Paz reúne 11,9% das atividades para o biênio e está concentrado em temáticas relacionadas à promoção de uma sociedade plenamente pacífica e inclusiva, garantida por meio de instituições fortalecidas e capazes de gerenciar recursos de forma eficiente e transparente, garantindo a entrega de serviços e bens públicos mediante processos inclusivos e responsivos de tomada de decisão e de implementação de políticas públicas. Também é foco desse conjunto de atividades a promoção do alinhamento das legislações nacionais com os padrões internacionais de garantia dos direitos humanos.

Para além do conjunto de atividades concentradas nos eixos programáticos, existem também aquelas que são transversais e, portanto, contribuem para o alcance de resultados em mais de um eixo. Essas atividades podem ser alocadas em quatro áreas: i) Gênero, Raça e Etnia; ii) Juventude; iii) Direitos Humanos; iv) Cooperação Sul-Sul Trilateral. Além dessas temáticas que por vezes possuem focos em grupos populacionais específicos, é relevante destacar que o grupo de refugiados, solicitantes de refúgio e migrantes foi foco de várias atividades conjuntas das Nações Unidas em 2017, com exemplos em todos os eixos programáticos.

ii) Comunicação

Em 2017, o Sistema das Nações Unidas no Brasil atuou conjuntamente em diversas ações e iniciativas de comunicação tanto com o objetivo de informar sobre sua atuação no Brasil quanto com o objetivo de promover mudanças de comportamento para o alcance dos resultados elencados no Marco de Parcerias. Mas além, o conjunto dessas ações também estavam diretamente relacionadas às estratégias de alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável.

Como parte da estratégia conjunta de comunicação, o Sistema ONU focou em ações online, com grande engajamento público por meio das mídias sociais. Algumas dessas ações de destaque tiveram como objetivo promover mensagens sobre a eliminação de agressões contra mulheres, o combate ao racismo, combate à homofobia e à discriminação em relação a sorologia para o HIV, e promoção da maior participação de jovens. Outra ação de destaque foi a celebração do dia da ONU e a promoção dos 17 ODS.

iii) Operações

A ONU Brasil continuou trabalhando em seu compromisso de aperfeiçoamento de seus processos operacionais e administrativos, reduzindo custos e aumentando a eficiência. É com esse intuito que a Equipe de Gerentes Operacionais da ONU (*Operations Management Team – OMT*) vem trabalhando para a elaboração de contratos de longo prazo, compartilhamento de informações relacionadas a processos de recursos humanos, administração de áreas prediais comuns e harmonização de procedimentos relacionais a processos de compras, viagens, finanças e tecnologia da informação. Outro significativo avanço no âmbito operacional tem sido o trabalho da Unidade de Operações Conjuntas (*Joint Operations Facility - JOF*), a qual reúne cinco organismos da ONU no Brasil (PNUD, UNFPA, UNESCO, ONU Meio Ambiente e ONU Mulheres) em uma plataforma única de serviços operacionais.

iv) Parcerias

Bem como apontado pela Agenda 2030 e pelo Marco de Parcerias das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, o alcance dos ODS só é possível com a continuidade de parcerias bem-sucedidas e criação de novas parcerias inovadoras. Para a implementação das 446 atividades planejadas para 2017 e 2018, foram estabelecidas diversas parcerias com instituições no Brasil e fora do país. Em sua maioria, são instituições parceiras do setor público, tanto no âmbito nacional, quanto estadual e municipal. Mas também há um número significativo de instituições parceiras do setor privado e organizações da sociedade civil. Durante o ano de 2017, destacam-se a assinatura de Memorandos de Entendimento com a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e com a Frente Nacional de Prefeitos (FNP), com o intuito de impulsionar a cooperação em áreas de interesse comum para a promoção e o alcance dos ODS no país.

A ONU no Brasil

A ONU tem representação fixa no Brasil desde 1947. No país, o Sistema das Nações Unidas é atualmente formado por 24 agências especializadas, fundos, programas e outros escritórios residentes que desenvolvem suas atividades em função de seus mandatos específicos, além de dois organismos não-residentes que também desenvolvem trabalho no Brasil.

A Equipe de País da ONU (conhecida por sua sigla em inglês, UNCT – *United Nations Country Team*) é constituída pelos representantes desses organismos, sob a liderança do Coordenador Residente, que tem, entre suas principais funções, a missão de definir estratégias e coordenar o trabalho da Equipe de País, para que o Sistema possa proporcionar uma resposta coletiva, coerente e integrada às prioridades e necessidades nacionais, no marco dos compromissos internacionais. A forma de atuação das Nações Unidas no Brasil muda de um organismo para outro, já que eles atuam em áreas específicas de acordo com seus mandatos. Trabalhando de maneira coordenada, esses organismos desenvolvem projetos com o governo – tanto nos níveis federal, como estadual e municipal –, com a iniciativa privada, instituições de ensino e sociedade civil brasileira, sempre com o objetivo de buscar, conjuntamente, soluções para superar os desafios e as dificuldades presentes na formulação e implementação de uma agenda comum em favor do desenvolvimento humano equitativo, inclusivo e sustentável.

O Marco de Parceria das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável 2017-2021 define as bases das atividades de cooperação para o desenvolvimento a serem implementadas pelos organismos do Sistema ONU no Brasil para cinco anos. Por meio da implementação desse Marco de Parcerias e de todas as ações previstas no documento, o Sistema ONU no País se propõe a continuar cooperando com o Governo brasileiro no desenvolvimento de capacidades humanas e institucionais para enfrentar os desafios da superação das assimetrias sociais e econômicas, o exercício pleno da cidadania e dos direitos humanos e a promoção de iniciativas associadas ao desenvolvimento sustentável do Brasil. Dividido em cinco eixos – Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias, o novo Marco de Parceria engloba as ações acordadas pela comunidade internacional por meio dos 17 ODS.



Resultados Programáticos

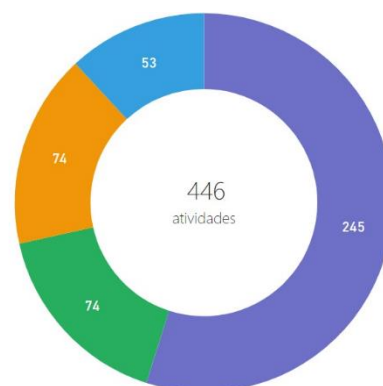
No contexto do planejamento para a implementação do Marco de Parcerias das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, foram identificadas 446 atividades para o plano de trabalho conjunto da ONU nos dois primeiros anos do ciclo programático de cinco anos. Por meio do conjunto dessas atividades, apesar de ainda não refletirem a totalidade do escopo da atuação da ONU no Brasil, é possível visualizar de modo mais amplo as contribuições que as agências especializadas, fundos, programas e entidades da ONU trazem para o País em suas várias áreas de mandato. Refletem, portanto, o processo catalisador de conhecimentos e competências proporcionado pelo Sistema ONU em suas áreas de excelência programática para o desenvolvimento de capacidades humanas e institucionais que permitem o aperfeiçoamento da implementação das políticas públicas nacionais.

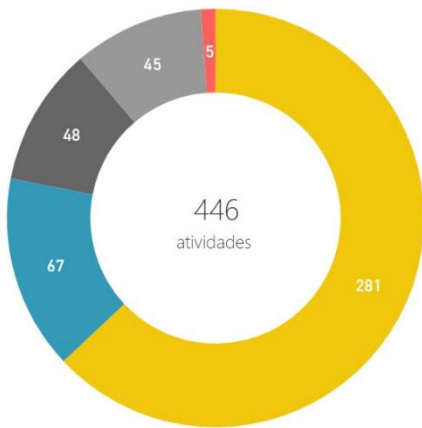
Durante a fase de planejamento, foram também consideradas as contribuições que cada uma das atividades traria para o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os quais também estão alinhados com os 28 princípios do Plano Plurianual 2016-2019. Dessa forma, o conjunto de atividades identificadas reflete as diferentes abordagens da cooperação do Sistema ONU, como a mobilização institucional, *advocacy* de prioridades convergentes, aconselhamento no processo de elaboração de legislação interna que reflita as normas e princípios internacionalmente acordados, desenvolvimento e aprimoramento de capacidades técnicas e operacionais, produção e gestão de conhecimento, além de acompanhamento dessas ações, visando à sustentabilidade dos avanços alcançados.

Assim como o Marco de Parcerias está dividido em cinco eixos (Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias), o plano de trabalho foi construído com base nos quatro primeiros eixos, ficando as temáticas tratadas no Eixo Parcerias como transversais para os demais eixos. Elas também foram distribuídas de acordo com os resultados propostos em cada um dos quatro primeiros eixos. Assim, as atividades planejadas para 2017 e 2018 foram divididas da seguinte forma:

Plano de Trabalho Conjunto das Nações Unidas – 2017-2018

| | | |
|--------------------------|---------------------------|------------------------------|
| Eixo Pessoas | Resultado 1 | 245 atividades |
| Eixo Planeta | Resultado 2 e Resultado 3 | 74 atividades |
| Eixo Prosperidade | Resultado 4 e Resultado 5 | 74 atividades |
| Eixo Paz | Resultado 6 | 53 atividades |
| Eixo Parcerias | Resultado 7 | Transversal aos demais eixos |





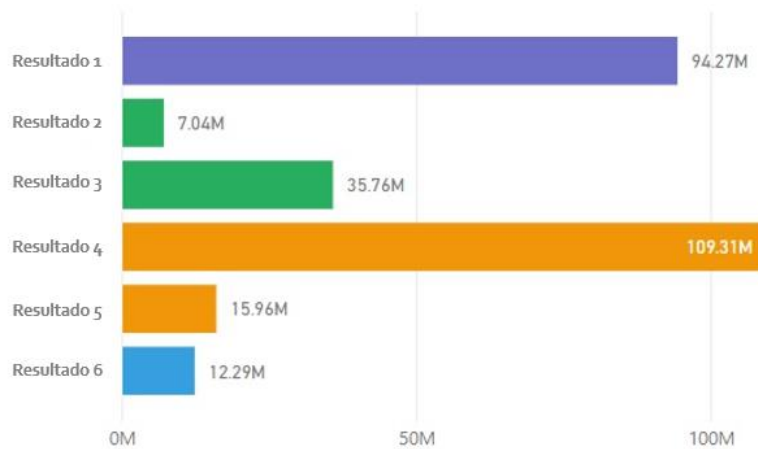
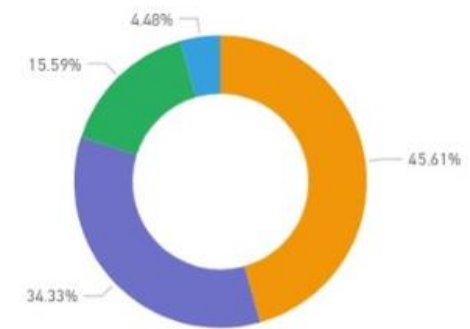
Algumas dessas atividades já foram concluídas em 2017, enquanto outras, apesar de terem se iniciado em 2017, continuam em processo de implementação em 2018.

- Em processo de implementação
- Concluídas
- Não iniciadas
- Em processo de revisão
- Canceladas

Para a implementação deste conjunto de atividades nos dois anos de planejamento (2017 e 2018) foi estimado um orçamento de aproximadamente US\$ 274,64 milhões de dólares¹.

Proporção de Orçamento por Eixo (USD) ➤

Orçamento por Resultado (USD) ▼



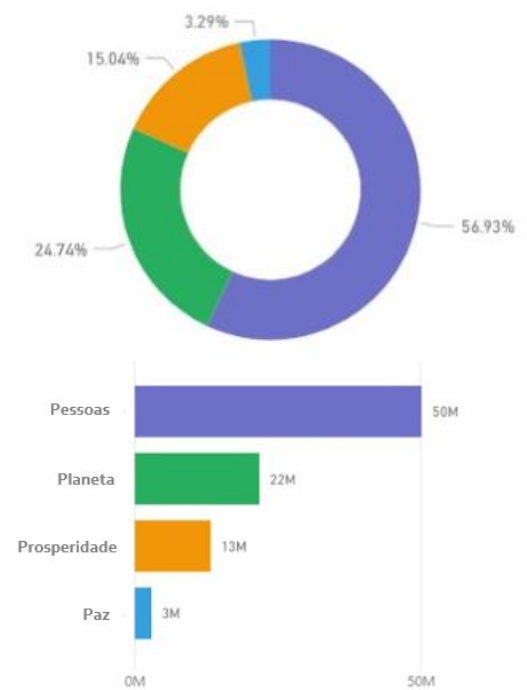
- Pessoas
- Prosperidade
- Planeta
- Paz

¹ Os dados apresentados nas páginas que se seguem não incluem informação orçamentária de dois programas especiais: Mais Médicos no Eixo Pessoas e Programa do FIDA nos Eixos Planeta e Prosperidade. O Programa Mais Médicos – programa do Ministério da Saúde que conta com colaboração da OPAS em sua execução – apresentou orçamento de 316,6 milhões de dólares para o ano de 2017, que foram executados em sua totalidade neste mesmo ano. Já o Programa do FIDA apresenta orçamento de 437,7 milhões de dólares destinados ao financiamento de ações que apoiem e promovam a agricultura familiar. Deste montante, cerca de 43 milhões de dólares foram executados no ano de 2017, beneficiando famílias rurais da região Nordeste, em parceria com o governo de 5 Estados e Governo Federal.

O intuito do presente relatório, entretanto, não é o de descrever o progresso de cada uma das atividades, mas sim o de identificar os principais aportes das Nações Unidas para o Brasil no contexto de um conjunto maior de atividades, ora concluídas, ora em processo de implementação. Também será dado destaque para aquelas atividades que perpassam dois ou mais eixos, por se tratarem de temas transversais, os quais também foram identificados no contexto do Marco de Parcerias: gênero, raça e etnia; juventude; direitos humanos; e cooperação sul-sul trilateral.

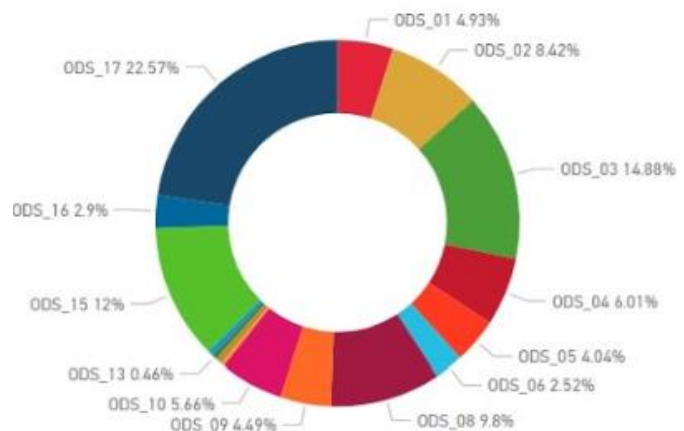
Cada um dos aportes em destaque foi associado a um ou mais ODS, o que não quer dizer que aquele aporte não tenha contribuído para o alcance dos demais ODS, uma vez que os mesmos são interdependentes. O objetivo dessa associação é facilitar a identificação do contexto dos principais temas em que o aporte está inserido.

Execução em 2017 por Eixo Programático (USD)



Execução em 2017 por ODS (USD)

| ODS | Execução em 2017 (USD) |
|--------|------------------------|
| ODS_01 | 4,339,755.67 |
| ODS_02 | 7,412,097.00 |
| ODS_03 | 13,097,221.76 |
| ODS_04 | 5,293,503.04 |
| ODS_05 | 3,554,324.67 |
| ODS_06 | 2,218,480.00 |
| ODS_08 | 8,625,986.96 |
| ODS_09 | 3,953,755.00 |
| ODS_10 | 4,981,086.17 |
| ODS_11 | 241,900.00 |
| ODS_12 | 526,720.91 |
| ODS_13 | 405,001.00 |
| ODS_14 | 403,487.00 |
| ODS_15 | 10,565,965.04 |
| ODS_16 | 2,552,215.50 |
| ODS_17 | 19,868,296.00 |



Eixo Pessoas

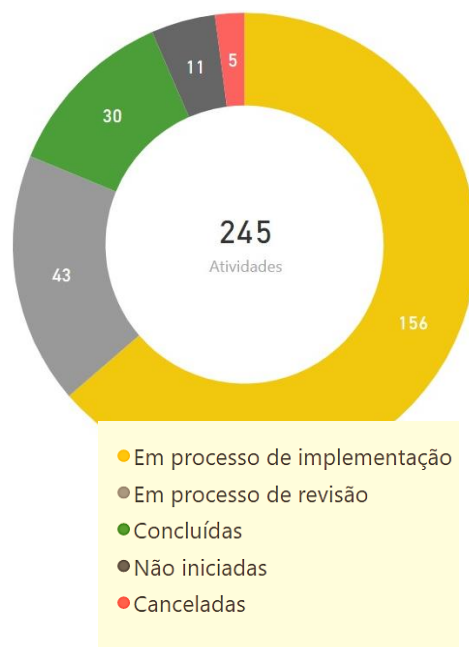
Sociedade inclusiva, equitativa e com plenos direitos para todos e todas

As atividades implementadas e em processo de implementação no contexto do Eixo Pessoas estão associadas às temáticas de desenvolvimento social e de redução da pobreza. Para tanto, o Sistema ONU concentrou esforços no apoio ao fortalecimento de políticas públicas, ao desenvolvimento de capacidades locais, à geração de evidências e a iniciativas de *advocacy* dos direitos fundamentais. O Eixo ainda foca no processo de melhoria do acesso e da qualidade em serviços de educação, saúde, assistência social, segurança alimentar e nutricional e trabalho decente, garantindo a equidade e promovendo a igualdade de gênero, raça, etnia e geracional.

As 245 atividades inseridas no Eixo Pessoas para o biênio 2017-2018 representam um orçamento de aproximadamente 94 milhões de dólares, dos quais 50,12 milhões de dólares foram executados em 2017².

Adiante serão apresentados os principais aportes do Sistema ONU no contexto do Eixo Pessoas, bem como as principais ações planejadas para 2018, a distribuição do orçamento e dos recursos executados por ODS, bem como o mapa da distribuição das atividades executadas no âmbito estadual.

Proporção de execução por orçamento 2017-2018 (USD)



² Os dados apresentados nos resultados do Eixo Pessoas não incluem informação orçamentária do programa especial Mais Médicos. O Programa Mais Médicos – programa do Ministério da Saúde que conta com colaboração da OPAS em sua execução – apresentou orçamento de 316,6 milhões de dólares para o ano de 2017, que foram executados em sua totalidade neste mesmo ano.

APORTES EM DESTAQUE

RESULTADO

1

Desenvolvimento social fortalecido em todo o país, com a redução da pobreza através do acesso a bens e serviços públicos de qualidade, especialmente nas áreas de educação, saúde, assistência social, segurança alimentar e nutricional e do trabalho decente, de forma equitativa e com ênfase na igualdade racial, étnica, de gênero e geracional



Resultado Específico 1.1 - Políticas públicas nas áreas de educação, saúde, assistência social, segurança alimentar e nutricional e do trabalho decente fortalecidas com vistas a contemplar necessidades de grupos em situação de maior vulnerabilidade e promover a equidade de gênero, raça, etnia durante todo o curso de vida.

Educação para o Desenvolvimento Sustentável

- Alunos do ensino fundamental aprendem sobre Educação para o Desenvolvimento Sustentável, por meio de materiais pedagógicos elaborados em diferentes formatos e distribuídos em escolas de todo o país. O sucesso da iniciativa resultou na incorporação do conteúdo no currículo municipal de São Paulo e em iniciativas de formação para educadores da Rede Municipal de Ensino voltada para a integração dos ODS ao Currículo da Cidade de São Paulo. (UNESCO, UNITAR)



ODS 4, ODS 17

Atenção Básica em Saúde

- Cobertura e acesso à ações e serviços de saúde são ampliados, como resultado do fortalecimento da política de recursos humanos do Sistema Único de Saúde, por meio do Programa Mais Médicos. O programa articula estratégias de provimento de médicos, investimento em infraestrutura nos serviços de saúde e propõe mudanças no paradigma da formação médica no país. Desde sua criação em 2013, o Programa promove a inserção de mais de 18 mil profissionais médicos nas equipes multiprofissionais de Atenção Básica no SUS, contribuindo para uma distribuição mais equitativa de médicos em mais de quatro mil municípios brasileiros e 34 Distritos Especiais Indígenas, além de estar presente predominantemente em regiões com maior vulnerabilidade social. A ONU no Brasil também contribuiu para o desenvolvimento do Sistema Integrado do Mais Médicos, que integra o conjunto de dados e informações do Programa com módulos de conteúdo, ferramentas de comunicação, materiais e cursos para apoiar a formação em serviço. A ferramenta também possui informações para o público em geral, como estudos e evidências sobre o impacto do Programa. Estão também disponíveis no sistema mapas com a geolocalização dos médicos e informações sobre os municípios em que estão alocados. Este sistema é público e pode ser acessado por computadores e/ou também em aplicativos de celulares. (OPAS-OMS)



ODS 1, ODS 3, ODS 10, ODS 17

Educação em Sexualidade e Relações de Gênero na Educação

- Jovens e adolescentes aprendem sobre sexualidade e relações de gênero em ações pedagógicas desenvolvidas por educadores e profissionais de educação. A iniciativa foi produzida para orientar e dar suporte ao trabalho com os temas de educação em sexualidade e relações de gênero na educação. (UNESCO, UNAIDS, UNFPA, ONU Mulheres)



ODS 4, ODS 5

Saúde e Saúde Sexual e Reprodutiva

- Brasileiras têm acesso a serviços de saúde e saúde sexual e reprodutiva de qualidade melhorada, como resultado do fortalecimento de políticas públicas informadas por evidências, com profissionais capacitados, serviços e laboratórios qualificados e certificados, e orientadas por marcos estratégicos para atuação nacional e articulação regional. Entre as ações realizadas pela ONU no Brasil, podem ser citadas: 1) pesquisas nacionais com disponibilização de dados atualizados; 2) fortalecimento institucional por meio de capacitações profissionais do governo federal em segurança de insumos de saúde reprodutiva para que mulheres, adolescentes e jovens possam ter acesso às informações e serviços de qualidade; 3) Iniciativa conjunta com o Ministério da Saúde para Laboratórios farmacêuticos públicos e privados e empresas de equipamentos hospitalares brasileiros para adesão aos Programas de Pré-qualificação (PQ) da Organização Mundial da Saúde e do Fundo de População da ONU; 4) estabelecimento de estratégia regional para prevenção e redução da gravidez não-intencional na adolescência, em parceria com o Ministério da Saúde; 5) certificação a serviços de saúde de qualidade na atenção a adolescentes, em parceria com governos locais. (UNFPA)



ODS 3, ODS 5

Fim da Epidemia de Aids até 2030

- As pessoas são colocadas no centro das ações no enfrentamento das causas do risco, das vulnerabilidades e da transmissão do HIV, por meio de estratégias e ações dentro da abordagem de Aceleração da Resposta pelo fim da epidemia de AIDS até 2030. A adoção de tais estratégias e ações faz parte do compromisso assumido por 41 cidades brasileiras, dois estados e o Distrito Federal, signatários da Declaração de Paris. Somam-se, assim, esforços para a promoção das metas de tratamento 90-90-90 para 2020: ter 90% das pessoas vivendo com HIV diagnosticadas; que destas, 90% estejam em tratamento; e que 90% deste grupo tenha carga viral indetectável. A estratégia de engajamento de cidades e estados brasileiros signatários da Declaração seguramente representa um caso de sucesso de mobilização e construção de parcerias com governos locais. Esta experiência pode contribuir com outras iniciativas de mobilização de prefeituras e governos locais para o alcance dos ODS. (UNAIDS)



ODS 3, ODS 11

Segurança Alimentar e Nutricional

- Agricultores familiares são beneficiados pelo Programa de Aquisição de Alimentos, promovendo ações e mecanismos de garantia da segurança alimentar e nutricional para escolas integrantes do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Contribuição na identificação de indicadores de monitoramento do II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2016-2019) e na elaboração dos planos estaduais de segurança alimentar e nutricional. Elaboração de um mapeamento das estruturas disponíveis em estados e municípios para o gerenciamento das questões relacionadas à segurança alimentar e nutricional. Elaboração de estudos sobre a situação de grupos populacionais em situação de insegurança alimentar, no contexto do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), melhorando assim a eficácia do programa. E contribuindo para a definição de metodologias para coordenação de processos entre o PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Diagnóstico dos desafios enfrentados pelos municípios mais vulneráveis às questões de insegurança alimentar e nutricional, o que levou a elaboração de estratégias para aumentar a participação destes municípios no PAA. Entre os beneficiários do Programa estão grupos de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, piscicultores, extrativistas, pescadores artesanais, membros de comunidades remanescentes de quilombos rurais e povos indígenas e comunidades tradicionais. Como regra, deve haver um mínimo de 30% de mulheres entre os beneficiários do programa. (FAO)



ODS 2, ODS 12

Trabalho Decente

- Trabalhadores da região de Carajás são beneficiados por políticas públicas e ações privadas pautadas no conceito de trabalho decente. Entre maio e setembro de 2017 foram realizadas 25 consultas públicas com a participação de cerca de 800 pessoas, incluindo representantes governamentais, representações de trabalhadores, organizações de empregadores, associações, cooperativas, sociedade civil, universidades entre outros. Por meio da iniciativa foi possível criar um ambiente de diálogo social, reunindo todos os atores sociais envolvidos, de forma colaborativa, para pensarem juntos a estratégia de desenvolvimento sustentável pelo trabalho decente, o que levou a criação de uma Agenda Regional de Trabalho Decente na região, que engloba 39 municípios do sul e sudeste do Pará. (OIT)



ODS 8



Resultado Específico 1.2

Capacidades institucionais fortalecidas nas áreas de educação, saúde, assistência social, segurança alimentar e nutricional e do trabalho decente para desenvolver, implementar e/ou monitorar planos, programas, estratégias e iniciativas que promovam os direitos humanos e a equidade de gênero, raça/etnia durante todo o curso de vida.

Saúde Materna

- Desenvolvimento de capacidades locais para a enfrentamento das taxas de mortes maternas por hemorragia é promovido graças a um conjunto de ações sobre prevenção, diagnóstico e tratamento oportuno e adequado. Dentre o conjunto de ações destacam-se capacitações por meio de simulações práticas, com o uso de tecnologias inovadoras que permitam um controle transitório do sangramento, ampliando a sobrevivência das mulheres enquanto se aguarda um procedimento ou a transferência a uma unidade de maior complexidade. Essas ações ser inserem na “Estratégia de Zero Morte Materna por Hemorragia no Brasil” e estão presentes nos estados do Piauí, Ceará, Bahia, Maranhão, Tocantins, Pará, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo. (OPAS-OMS)



ODS3, ODS5, ODS10

Combate à Febre Amarela

- Redução do surto de febre amarela no país como resultado da ampliação de estratégias de comunicação para combater a proliferação do agente transmissor, divulgação de recomendações baseadas nas melhores evidências científicas disponíveis e ampliação da distribuição de doses de vacina com a doença. Foram mobilizados mais de 20 especialistas para os estados da Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro para auxiliar no controle do mosquito Aedes para minimizar o risco de surtos urbanos, realizar análises detalhadas de dados para apoiar ações estratégicas, profissionais, realizar pesquisas epidemiológicas sobre casos suspeitos e confirmados e atualizar diretrizes e protocolos de atenção à saúde. (OPAS-OMS)



ODS 3

Prevenção ao HIV

- Jovens de 18 a 26 anos se tornam multiplicadores em ações de prevenção ao HIV, por meio de treinamentos desenvolvidas pelo Sistema ONU em parceria com instituições nacionais e estaduais em quatro regiões brasileiras: Sul, Norte, Sudeste e Nordeste. Os treinamentos objetivam qualificar e capacitar jovens, principalmente de populações-chave (gays, homens que fazem sexo com outros homens, trabalhadores do sexo, pessoas trans, pessoas que usam álcool ou outras drogas e população privada da liberdade) para atuarem em seus estados. (UNAIDS)



ODS 3, ODS 5, ODS10

Proteção Social

- Povos e comunidades tradicionais da Amazônia compartilham saberes e experiências para o fortalecimento de políticas locais em proteção social. Este é o resultado de ações de promoção do debate sobre as necessidades da população em situação de vulnerabilidade social que vive na Amazônia, por meio do compartilhamento de saberes e experiências entre os países da região. O debate aconteceu durante o Seminário Pan-Amazônico, em março de 2017, com a participação de especialistas, gestores da assistência social, representantes de povos e comunidades tradicionais, movimentos sociais e organizações internacionais. Além de contribuir para a formulação de políticas e a alocação de recursos públicos para o desenvolvimento social da Região Amazônica, o seminário contribuiu para subsidiar mudanças institucionais, na medida em que teve como produto central a elaboração da Carta de Belém, que chama atenção para as principais necessidades de proteção social dos povos e comunidades tradicionais da Amazônia e para os desafios a serem enfrentados pelas políticas públicas para promoção da justiça e da igualdade social para os povos da Amazônia, além do desenvolvimento econômico da região com o uso sustentável dos recursos naturais. (UNESCO)



Todos os ODS

Primeira Infância

- Mais crianças recebem cuidado e aprendizagem sensíveis às suas necessidades desde muito cedo na vida, por meio de ações realizadas no contexto da iniciativa Cuidado para o Desenvolvimento Infantil. A iniciativa objetiva o desenvolvimento e aperfeiçoamento da capacidade técnica, política e de gestão dos profissionais envolvidos no nível federal, estadual e municipal, contribuindo com a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança, Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, Marco Legal Primeira Infância, Política Nacional de Assistência Social. Estão integrados na Promoção do Desenvolvimento da Primeira Infância: (1) Primeiros 1000 dias como um período de sensibilidade especial - desde a gestação e os dois primeiros anos de vida, que continua nos anos seguintes; (2) As experiências da criança, com as pessoas e o meio ambiente, são as mais importantes; (3) O investimento nos primeiros anos de vida traz benefícios para a saúde, produtividade, aprendizado e bem-estar ao longo da vida e na próxima geração; (4) O investimento nos primeiros anos de vida é o caminho para garantir os direitos das crianças; (5) Políticas e serviços articulados de vários setores são indispensáveis. (OPAS-OMS, PNUD, UNESCO, UNICEF)



ODS 1, ODS 2, ODS 3, ODS 4, ODS 10

Empregabilidade de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade

- Promoção da empregabilidade de travestis, mulheres e homens trans, por meio de atividades de capacitação realizadas na cidade de São Paulo, entre novembro e dezembro de 2017. A iniciativa, que contou com a participação de 23 travestis, mulheres e homens transexuais, está inserida em uma estratégia mais ampla para promover oportunidades para que todas as pessoas possam ter acesso a um trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade. A iniciativa piloto contribuiu para a melhoria da metodologia do curso que será replicado em outros contextos e com outros públicos. Inserção de mulheres haitianas no mercado de produção de alimentos da cidade de Cuiabá (Mato Grosso), por meio de atividades de capacitação para 32 mulheres, em abril de 2017, contribuindo também para

promover o intercâmbio cultural entre as participantes e os membros da comunidade local. O curso de culinária foi apenas a primeira de uma série de capacitações profissionais realizadas em Cuiabá, com o apoio de diversos parceiros, e sempre tendo como público-alvo trabalhadores e trabalhadoras imigrantes em situação de vulnerabilidade. (OIT)



ODS 5, ODS 8

Enfrentamento à Violência de Gênero contra Migrantes e Refugiadas

- Mulheres e pessoas LGBTI migrantes e refugiadas venezuelanas são beneficiadas por estratégias de difusão de informações sobre direitos e serviços de prevenção e resposta à violência de gênero, como rodas de conversas e distribuição de materiais bilíngues no estado de Roraima. O estímulo ao conhecimento sobre legislação e direitos, a partir de ações lideradas pela ONU Brasil, busca impactar positivamente no acesso destes grupos a serviços como as Delegacias das Mulheres, Centros de Referência em Assistência Social e serviços de saúde especializados em saúde para atenção a vítimas de violência sexual, assegurando maior proteção. (UNFPA, ACNUR, OIM)



ODS 5

Igualdade Racial

- Fortalecimento de políticas para a juventude negra por meio da produção de insumos técnicos para a promoção da saúde da população negra e intervenções para mitigação de conflitos em territórios com presença de população quilombolas. Em especial, contribuições ao Plano Juventude Viva a partir de uma perspectiva de igualdade racial forneceram subsídios à SEPPIR para a atuação no âmbito do Plano. No que toca à Saúde da População Negra, o exame de indicadores de desagregados por raça tem propiciado à SEPPIR uma análise dos obstáculos ao acesso à saúde e a proposição de ações corretivas. (UNFPA)



ODS 3, ODS 10, ODS 11, ODS 16

Monitoramento Local dos ODS

- 54 municípios do Oeste do Paraná são preparados para o monitoramento dos indicadores municipais e dos ODS, por meio de ações de articulação entre prefeituras, instituições públicas e privadas, terceiro setor e população em geral em núcleos de diálogo municipal sobre os ODS, nos 54 municípios do Oeste do Paraná. Como resultado das ações, foi proposta a construção de Agendas de Atuação Conjunta com as prioridades dos municípios para o desenvolvimento sustentável. O projeto produziu diagnósticos, estudos e levantamentos de informações para alimentar uma base de dados sobre a situação dos municípios em relação ao alcance dos ODS e das metas municipais. (PNUD)



Todos os ODS



Resultado Específico 1.3 - Evidências produzidas para subsidiar a tomada de decisão nas áreas de educação, saúde, assistência social, segurança alimentar e nutricional e do trabalho decente com vistas a contemplar necessidades de grupos em situação de maior vulnerabilidade e promover a equidade de gênero, raça, etnia durante todo o curso de vida.

Dados e Informações para o Desenvolvimento de Políticas Públicas

- Fortalecimento de capacidades estatísticas nacionais na utilização de registros administrativos para o desenvolvimento de políticas públicas. Em parceria com o IBGE e os demais produtores de dados nacionais, a ONU Brasil vem desenvolvendo ações para o compartilhamento de experiências internacionais na organização e uso de registros administrativos para a produção de informações sociodemográficas com enfoque em povos e comunidades tradicionais. (UNFPA)



ODS 10, ODS 11, ODS 17

Educação no Mundo e no Brasil

- ODS 4 é monitorado no âmbito mundial por meio do Relatório Mundial de Monitoramento de Educação que foi lançado no Brasil, concomitante com os eventos de lançamento realizados na Inglaterra e em Moçambique. Foi também organizada a produção do resumo executivo do relatório para disponibilização para a comunidade de países de língua portuguesa. (UNESCO)



ODS 4

Mulheres Indígenas e HIV

- A saúde de mulheres e meninas indígenas da região do Alto Solimões é colocada em foco em novo estudo que aborda questões de saúde, com foco nas vulnerabilidades ao HIV, incluindo a violência de gênero. O estudo foi também apresentado às autoridades locais no intuito de subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas para mulheres e meninas indígenas. (UNAIDS, ONU Mulheres, UNV-PNUD)



ODS 3, ODS 5

Nutrição Infantil

- Gestão do conhecimento sobre Programas de Alimentação Escolar é promovida por meio de recomendações formuladas no âmbito do Fórum Global de Nutrição Infantil, que reuniu representantes de governos de 59 países, além de acadêmicos, profissionais da área, ONGs e o setor privado para discutir e trocar experiências sobre os programas e iniciativas de alimentação escolar. Como resultado, foram elaboradas recomendações para que governos sejam incentivados a integrar os programas de alimentação escolar às políticas, às estratégias e aos planos nacionais, a aproveitar redes regionais de alimentação escolar existentes, a colocar considerações sobre gênero no centro do desenho e da implementação de programas e a incluir os programas de alimentação escolar nos orçamentos nacionais, com alta prioridade. (PMA)



ODS 2, ODS 4, ODS 17

Epidemia do Zika e Direitos das Mulheres

- Direitos das mulheres recebem atenção no contexto do combate à epidemia do Zika, graças à organização de debates, bem como produção de conteúdo, informação, conhecimento e pesquisa. O Sistema ONU contribuiu com grupos feministas brasileiros, movimentos de mulheres, mulheres negras e jovens mulheres, bem como organizações de direitos de saúde e reprodutivos, além de grupos de acadêmicos, no processo de identificação de preocupações sobre os impactos do vírus para os direitos das mulheres, exigindo políticas públicas específicas a serem implementadas, levando em conta suas consequências não apenas sobre a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, mas em todos os papéis das mulheres, ou seja, como líderes, cuidadoras, trabalhadoras. Também foi realizado o estudo “Uma avaliação do impacto socioeconômica do vírus Zika na América Latina e no Caribe: Brasil, Colômbia e Suriname como estudos de caso”, lançado em 2017, que demonstrou que o impacto da epidemia será ainda mais severo em países mais pobres da América Latina, tanto na esfera econômica e quanto social, com a exacerbção da pobreza e da desigualdade, o aumento da desigualdade de gênero, do estigma e dos desafios para o bem-estar dos afetados. O estudo recomenda ainda que estratégias de resposta regionais e nacionais sejam fortalecidas e envolvam as comunidades. (ONU Mulheres, OPAS/OMS, UNFPA, PNUD)



ODS 3, ODS 5

Produção de Conhecimento e Dados de Refugiados e Migrantes Venezuelanos

- Levantamento do perfil dos refugiados e migrantes venezuelanos permite o planejamento da oferta de oportunidades para estas populações no Brasil. A ONU Brasil apoiou o Governo Brasileiro na produção de conhecimento e de dados sobre o perfil dos venezuelanos que chegam a Roraima, de forma a gerar evidências para a melhoria do processo de construção de políticas públicas para a população de refugiados. Como resultado deste levantamento de dados, foi possível identificar que grande parte dos refugiados venezuelanos possuíam elevada escolaridade e que desejavam buscar melhores oportunidades em outros estados brasileiros. Esta constatação levou o Governo Federal a elaborar o programa de interiorização buscando transportar aqueles que voluntariamente desejassem mover-se a outros estados, de forma a reduzir a pressão sobre os serviços públicos no estado de Roraima. (ACNUR, OIM)



ODS 1, ODS 2, ODS 3, ODS 4, ODS 8, ODS 11, ODS 16

Atividades Físicas e Esportivas

- Incentivo e conscientização sobre a prática de atividades físicas e esportivas no país são promovidos por meio de elaboração de estudo “Movimento é Vida: Atividades Físicas e Esportivas para todas as pessoas” que aborda a prática de atividades físicas como um direito que deve ser garantido por um conjunto de políticas públicas. O estudo se insere no contexto do Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano e foi o primeiro RNDH produzido no mundo que trata especificamente de questões relacionadas a esporte e atividades físicas. (PNUD)



ODS 3

Desenvolvimento Humano Municipal

- Desigualdades entre diferentes grupos populacionais são evidenciadas com a nova edição do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, resultando em subsídio à elaboração de políticas públicas que visem à promoção da igualdade racial, de gênero e das condições de domicílio. O estudo traça o retrato das desigualdades e semelhanças entre mulheres e homens, negros e brancos, e populações urbanas e rurais no Brasil, e seu resultado está sistematizado no relatório Desenvolvimento Humano para Além das Médias: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal por cor, sexo e situação de domicílio. (PNUD)



Todos os ODS



Resultado Específico 1.4

Estratégia de comunicação para a promoção e defesa dos direitos humanos desenvolvida, implementada, monitorada e/ou avaliada, com foco nas áreas de educação, saúde, assistência social, segurança alimentar e nutricional e trabalho decente.

Visibilidade para a População de Migrantes

- População de Boa Vista, São Paulo e Rio de Janeiro são sensibilizadas a respeito da questão migratória por meio de um festival de cinema, garantindo assim a promoção da importância de um processo de migração segura, ordenada e regular e da coexistência pacífica. (OIM)



ODS 10

Diálogo com Jovens sobre HIV/Aids

- Ampliação do engajamento de jovens em diálogos sobre HIV/Aids por meio de canais em mídias sociais, no contexto da iniciativa #DesafioUNAIDS. No mês de dezembro de 2017, por meio da iniciativa, 38 youtubers e influenciadores digitais se engajaram na produção e compartilhamento de informações sobre HIV para seus seguidores, respondendo a perguntas enviadas pela ONU. Os vídeos do Youtube, no total, somaram 1,1 milhão de visualizações, mais de 6 mil comentários positivos (com 99,4% de sentimento positivo nas redes sociais) e 185 mil curtidas. (UNAIDS)



ODS 3, ODS 5

Combate ao Assédio Sexual no Ambiente de Trabalho

- Trabalhadores e trabalhadoras recebem informações sobre assédio sexual no ambiente de trabalho, por meio de ações de conscientização e disseminação de informações sobre conceitos, formas de identificar, provar, prevenir e denunciar casos de assédio sexual no ambiente de trabalho. As informações foram reunidas em uma cartilha e uma série de seis vídeos explicativos para distribuição online e em espaços de formação. (OIT)



ODS 5, ODS 8

Ações de prevenção ao HIV/Aids

A Equipe Conjunta de HIV/AIDS da ONU continuou apoiando os esforços do governo brasileiro para ampliar o acesso a serviços e insumos de prevenção combinada do HIV e outras IST ao longo de 2017. A prevenção combinada do HIV busca obter o máximo de impacto na prevenção do vírus por meio da combinação de estratégias comportamentais, biomédicas e estruturais baseadas em direitos humanos e informadas por evidências. O termo prevenção combinada também pode ser utilizado para se referir à estratégia adotada por um indivíduo para se prevenir do HIV combinando diferentes ferramentas ou métodos (ao mesmo tempo ou em sequência), conforme sua atual situação, risco e escolhas.

Entre as atividades realizadas ao longo do ano, as agências do Sistema ONU participaram no 11º Congresso de HIV/AIDS e no 4º Congresso de Hepatites Virais (HepAIDS 2017), realizado em setembro, em Curitiba (PR). O encontro mobilizou mais de 3 mil pessoas entre ativistas, cientistas, gestores e profissionais de saúde de todo o Brasil, além de especialistas internacionais, e teve como tema Prevenção combinada: multiplicando escolhas

Organizado pelo Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV e das Hepatites (DIAHV) da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde, o HepAIDS 2017 teve como objetivo reunir os diversos atores da área de saúde e gestão pública para discutir os avanços e os desafios da resposta às epidemias de HIV e hepatites no Brasil, com uma abordagem cada vez mais integrada e voltada para as necessidades e características individuais de cada pessoa.



Equipe Conjunta de HIV/AIDS da ONU. Crédito: UNAIDS

Como membros do comitê científico do Congresso, a Equipe Conjunta propôs temas e discussões para a programação do encontro, por meio de mesas redondas, sessões paralelas e distribuição de publicações e informações em um estande do Programa Conjunto, uma oportunidade para divulgar e dar visibilidade às ações das agências e programas no campo do HIV e direitos humanos. O espaço também promoveu a exibição de vídeos sobre projetos e campanhas relacionadas ao HIV, estigma e discriminação e serviu de ponto de encontro para reuniões estratégicas com parceiros.

O Diretor Regional do UNAIDS para a América Latina e o Caribe, César Núñez, representou as Nações Unidas na cerimônia de abertura do Congresso e participou de um dos painéis de alto nível sobre a epidemia na América Latina, chamado Desafios para acabar com a epidemia de AIDS até 2030 no Brasil e América Latina: a Declaração Política de 2016 e a Reunião de Alto Nível do Fórum Político de 2017.

“ A resposta brasileira ao HIV e às hepatites virais só é possível em conjunto com a sociedade civil, instituições da área de saúde, pesquisadores, organismos internacionais e poder público. ”

Adele Benzaken

Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/Aids e das Hepatites Virais (DIAHV)





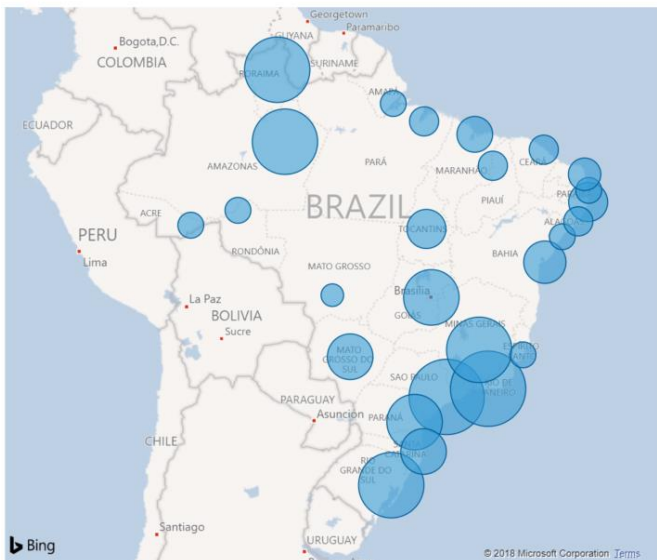
“Precisamos ser capazes de falar a linguagem do jovem de hoje, capazes de engajar os homens, capazes de quebrar tabus. Apesar de estar presente de forma mais contundente em algumas populações-chave, o HIV é uma questão de todos.

O quadro atual ainda penaliza as mulheres e as populações-chave, em especial os jovens homens gays e outros HSH, as travestis e transexuais, e também profissionais do sexo e seus clientes, pessoas que usam drogas, pessoas privadas de liberdade, os negros, as pessoas de baixa renda e baixa escolaridade, os indígenas e tantas outras populações marginalizadas não apenas no Brasil, mas em toda América Latina.

”
César Núñez

Diretor Regional do UNAIDS para a América Latina e o Caribe

Mapa de Atuação Geográfica por Estados Brasileiros - Eixo Pessoas



maior atuação – menor atuação



26 11
 Estados Agências da ONU

maior atuação menor atuação

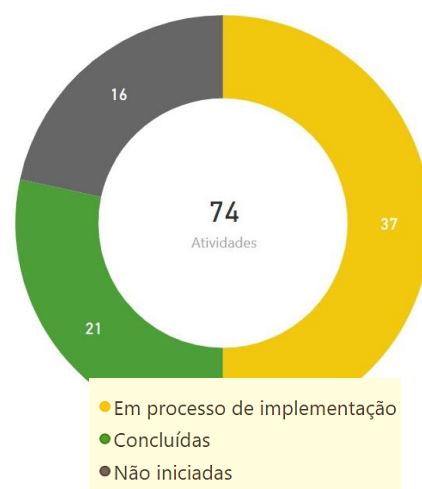
Eixo Planeta

Gestão sustentável dos recursos naturais para as gerações atuais e futuras

O conjunto de atividades inseridas no contexto do Eixo Planeta busca trabalhar em duas frentes nos temas relacionados à gestão sustentável dos recursos naturais e ao combate às mudanças do clima e seus efeitos adversos. A primeira frente, demonstrada no Resultado 2, concentra esforços na melhoria dos mecanismos de governança e na promoção de engajamento nacional, regional e local dos *stakeholders* em fóruns que assegurem a coordenação e o diálogo permanente sobre o uso e a gestão dos recursos naturais. A segunda frente, refletida no Resultado 3, busca fortalecer as políticas públicas nacionais, garantindo a implementação e a coerência da legislação ambiental brasileira relacionada à gestão sustentável de recursos naturais e serviços ecossistêmicos, bem como ao combate às mudanças do clima e seus efeitos adversos. Para tanto é dado um enfoque especial nos grupos populacionais em situação de maior vulnerabilidade, populações tradicionais e povos indígenas.

As 74 atividades inseridas no Eixo Planeta para o biênio 2017-2018 representam um orçamento de aproximadamente 42,81 milhões de dólares, dos quais 21,78 milhões de dólares foram executados em 2017³.

Adiante serão apresentados os principais aportes do Sistema ONU no contexto do Eixo Planeta, bem como as principais ações planejadas para 2018, a distribuição do orçamento e dos recursos executados por ODS, bem como o mapa da distribuição das atividades executadas ao nível estadual.



Proporção de execução por orçamento 2017-2018 (USD)



³ Os dados apresentados nos resultados do Eixo Planeta não incluem informação orçamentária do programa especial do FIDA. O Programa do FIDA apresenta orçamento de 437,7 milhões de dólares destinados ao financiamento de ações que apoiem e promovam a agricultura familiar. Deste montante, cerca de 43 milhões de dólares foram executados no ano de 2017, beneficiando famílias rurais da região Nordeste, em parceria com o governo de 5 Estados e Governo Federal.

APORTES EM DESTAQUE

RESULTADO

2

Modelos de governança participativa de gestão sustentável de recursos naturais e serviços ecossistêmicos, efetivos e fortalecidos, buscando territórios integrados, resilientes e inclusivos



Resultado Específico 2.1 - Modelos de governança participativa regional e subnacional para a gestão de recursos naturais e adaptação e mitigação da mudança do clima em áreas urbanas e rurais.

Gestão Ambiental

- Baía de Ilha Grande melhora sua capacidade de gestão ambiental, graças à promoção de ações e atividades relacionadas à criação de um sistema de monitoramento ambiental, bem como de um sistema de incentivo a ações inovadoras em gestão ambiental, e à promoção de ações de arrecadação de recursos e *advocacy*. As ações estão inseridas no contexto do Projeto Gestão Integrada do Ecossistema da Baía da Ilha Grande. (FAO)



ODS 15

Contaminação do Ar

- Capacidade de controle dos efeitos adversos para a saúde relacionados com a contaminação do ar é fortalecida, graças a iniciativas de promoção das recomendações da Assembleia Mundial de Saúde, divulgando as orientações sobre o controle da qualidade do ar e as responsabilidades do setor de saúde e meio ambiente sobre a gestão da qualidade do ar. Por meio de ações promovidas pelas Nações Unidas no Brasil, técnicos do Ministério da Saúde foram familiarizados com ferramenta de controle da qualidade do ar - AIRQ+. Esta é uma ferramenta de software que realiza cálculos para quantificar os efeitos na saúde da exposição à poluição atmosférica, incluindo estimativas da redução da esperança de vida. Também foi organizada a participação do setor saúde e meio ambiente na discussão sobre as estratégias para divulgação da iniciativa BreathLife na região das Américas, em reunião realizada em Medellin, Colômbia. (OPAS-OMS, ONU Meio Ambiente)



ODS 3, ODS 11



Resultado Específico 2.2 - Boas práticas, lições e casos emblemáticos identificados, sistematizados e disseminados em modelos descentralizados e participativos de governança para a gestão sustentável de recursos naturais e serviços ecossistêmicos, construindo regiões integradas, resilientes e inclusivas e considerando tanto as áreas rurais quanto as urbanas.

Governança Ambiental na Amazônia

- Novas tecnologias, novos modelos de negócios e novas políticas públicas são criados com base em experiências locais bem-sucedidas, identificadas no contexto da Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia. A Rede tem por objetivo fomentar o intercâmbio de ideias e promover parcerias para soluções sustentáveis - novas tecnologias, modelos de negócios e políticas. Por meio do apoio prestado à Fundação Amazonas Sustentável, foi possível desenvolver uma plataforma de localização das melhores práticas do setor público, privado e da sociedade civil em questões relacionadas aos ODS. Também foi possível desenvolver uma proposta de projeto para o programa de Mestrado em Práticas de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia, lançar o Dia da Amazônia – organizando atividades de debates sobre o futuro do desenvolvimento sustentável na região da Bacia Amazônica. (ONU Meio Ambiente)



ODS 4, ODS 8, ODS 11, ODS 12, ODS 13, ODS 15, ODS 17

RESULTADO

3

Capacidades institucionais fortalecidas para promover as políticas públicas, sua coerência e implementação, para a gestão sustentável de recursos naturais e serviços ecossistêmicos e o combate às mudanças do clima e seus efeitos adversos



Resultado Específico 3.1 – Capacidades institucionais de organizações governamentais e não-governamentais e redes multi-setoriais são fortalecidas para apoiar inovação e uma transição para uma gestão mais sustentável de recursos naturais e serviços ecossistêmicos, e combater mudança climática e seus efeitos adversos e áreas urbanas e rurais.

Saneamento Rural

- Capacidades de instituições federais para realizar o monitoramento e avaliação da cobertura de serviços de saneamento em áreas rurais, comunidades quilombolas, ribeirinhas e assentamentos são fortalecidas. A ONU Brasil contribuiu para orientar o desenvolvimento de um Programa Nacional de Saneamento Rural, além da implementação de projetos pilotos que desenvolveram de tecnologias e metodologias para atender populações de área rural e pequenas localidades, tais como a região de Nova Granada, no interior do Estado de São Paulo. (OPAS-OMS)



ODS 3, ODS 6

Qualidade da Água

- Melhorias nos procedimentos de controle e vigilância da qualidade da água para o consumo humano e seu padrão de potabilidade, como resultado de ações de desenvolvimento de capacidades nacionais para a implementação do Plano de Segurança da Água (PSA) e Planos de Segurança do Saneamento (PSS). Assim, O Sistema ONU também apoia o desenvolvimento de estudos e pesquisas baseados na metodologia de avaliação quantitativa de risco microbiológico e químico para definição dos parâmetros de qualidade da água para revisão das normas brasileiras, que acontece a cada cinco anos. (OPAS-OMS)



ODS 3, ODS 6, ODS 11

Conservação e Restauração de Recursos Naturais

- Melhora na capacidade de restauração de solo e vegetação no Estado da Bahia , graças ao financiamento de novas práticas de conservação e restauração de recursos naturais, principalmente o solo e a vegetação, em áreas propensas à desertificação ou em áreas em avançado estado de desertificação. (FIDA)



ODS 12, ODS 15

Gestão Sustentável da Caatinga

- Agricultores da região do bioma da Caatinga adotam práticas sustentáveis de produção e combate à desertificação no Estado da Paraíba, como resultado de atividades relacionadas à educação ambiental, ao treinamento de extensionistas e agentes de desenvolvimento rural, à criação de bancos de sementes nativas para o reflorestamento da Caatinga, à criação de planos de negócios para agricultores em conformidade com a legislação, e à troca de experiências de coexistência com as condições do semiárido. As ações do Sistema ONU também possuem presença no Estado de Sergipe onde é executado o projeto “Dom Távora”, que busca reduzir a pobreza rural em 15 dos municípios mais pobres do Estado, por meio do desenvolvimento da agricultura familiar. Até 2017, 180 Planos de Negócios e Planos de Investimento Produtivos foram elaborados, 48 dos quais já financiados. Esses planos beneficiam diretamente 1.684 famílias, das quais 814 são chefiadas por mulheres, e 51 são quilombolas. O projeto também apoia o desenvolvimento de capacidades de agricultores e técnicos estaduais, assim como produz conhecimento especializado sobre cadeias produtivas em Sergipe. (FIDA, PNUD)




ODS 12, ODS 15

Regulação Ambiental

- O uso do mercúrio no Brasil passa a ser regulado por padrões adotados em convenção internacional, como resultado da elaboração e compartilhamento de conhecimento técnico e científico para facilitar o processo de ratificação da Convenção de Minamata sobre o Mercúrio. O Sistema ONU no Brasil também colaborou na produção e capacitação dos instrumentos necessários para subsidiar a elaboração do inventário nacional de emissões e liberações de mercúrio. As ações de *advocacy* para a ratificação da Convenção de Minamata sobre Mercúrio pelo Brasil foram essenciais para o processo e o texto da Convenção foi aprovado pelo

Congresso Nacional em 04 de julho de 2017. O instrumento de ratificação brasileiro foi depositado junto às Nações Unidas em 08 de agosto de 2017. (OPAS-OMS, ONU Meio Ambiente)

 ODS 3, ODS 6, ODS 12

Pesca Sustentável

- 30 comunidades ribeirinhas na região da Costa Amazônica (AP, MA, PA) adotam práticas de produção sustentável. As ações apoiaram quase 10 mil famílias, em seus esforços para tornar as cadeias produtivas dos pescados locais mais sustentáveis, bem como para ter maiores e melhores oportunidades de acesso aos mercados, contribuindo para o empoderamento e a formação de lideranças comunitárias para intervir em processos de tomada de decisão sobre gestão da pesca no litoral amazônico. (UNESCO)

 ODS 12, ODS 14

Produção Sustentável e Gestão Ambiental Territorial

- Comunidades e povos tradicionais adotam práticas de produção sustentável e gestão ambiental, resultado de ações de capacitação do projeto “Agroextrativismo, Povos e Comunidades Tradicionais”. O projeto proveu subsídios para a construção de diversos marcos regulatórios, auxiliando na formalização da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, na articulação e elaboração do Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas, na elaboração do Plano Nacional de Educação Extrativista, assim como tem apoiado a construção do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, além da elaboração do Plano Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Quilombola, por meio da construção de diretrizes de forma participativa. O Projeto tem apoiado, ainda, a divulgação e implementação da Política de Garantia de Preços Mínimos de Produtos da Sociobiodiversidade e a sistematização de boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável. (PNUD)

 ODS 2, ODS 12

Conservação da Biodiversidade

- Produtores e agricultores da Amazônia, do Cerrado e da Caatinga adotam práticas de uso sustentável dos ecossistemas terrestres, graças às ações desenvolvidas no contexto do Projeto Bem Diverso, que visa a promoção da conservação da biodiversidade por meio do manejo sustentável da sociobiodiversidade e de sistemas agroflorestais. O projeto trabalha com os pilares tecnológico, de capacitação, acesso ao mercado e financiamento e crédito, atuando junto a 100 municípios e 15 mil famílias, com 9.390 pessoas capacitadas, e com a publicação de cartilhas de boas práticas, manuais tecnológicos de aproveitamento integral de produtos e guia de elaboração de projetos socioambientais para organizações de base comunitária. (PNUD)

 ODS12



Resultado Específico 3.2 - País recebe apoio para fortalecer suas capacidades institucionais para fomentar a produção sustentável e o consumo, bem como a gestão de recursos naturais em áreas rurais e urbanas.

Recuperação de Áreas Degradadas

- Capacidade de recuperação de áreas degradadas na Amazônia é melhorada, graças ao suporte prestado na elaboração de uma Política Pública para a Recuperação de Áreas de Pastagem e de Produção Degradadas, bem como no desenvolvimento de capacidades locais no uso de tecnologias sustentáveis de produção adaptadas ao bioma amazônico, fortalecendo o papel do produtor rural como protagonista do processo de recuperação das áreas degradadas. (FAO)



ODS 13, ODS 15

Treinamento Vocacional para Jovens do Campo

- Jovens que habitam a região rural do Estado do Piauí são apresentados a alternativas para à evasão rural. O Sistema ONU financiou a criação de um Centro de Suporte ao Trabalhador com o objetivo de promover atividades de treinamento vocacional para aproximadamente 3500 jovens da região. (FIDA)



ODS 1, ODS 2, ODS 10, ODS 12

Compras Públicas Sustentáveis e Rotulagem Ambiental

- Governo federal apropria-se de práticas de compras sustentáveis, por meio da elaboração de metodologias para a criação de 3 fichas com especificações técnicas utilizando critérios de sustentabilidade. A iniciativa será continuada por meio do Grupo Técnico de apoio à Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública, com o desenvolvimento de novas fichas técnicas utilizando a metodologia criada pelo projeto. Graças aos diversos processos de consulta realizados pelo Sistema ONU, as fichas técnicas possuem validação para serem utilizadas por qualquer ente governamental, seja ele federal, estadual ou municipal, que deseje implementar licitações sustentáveis. (ONU Meio Ambiente)



ODS 12

Manejo do Uso Sustentável da Terra

- Capacidade de recuperação da terra e do solo degradado melhorada no Nordeste, como resultado do fortalecimento de um conjunto de ações sociais, ambientais e produtivas com vistas ao combate à desertificação, promovendo a segurança hídrica e a convivência com o semiárido. As ações também contribuíram para fortalecimento das políticas públicas com a ampliação de mecanismos de governança regionais, no contexto do projeto “Manejo do uso sustentável da terra no semiárido do Nordeste brasileiro”. (PNUD)



ODS 12

Dinâmica Populacional e Meio Ambiente

- Aprimoramento da política ambiental com base na compreensão dos vínculos entre população e desenvolvimento sustentável. Produção de informações e subsídios que contribuirão para a orientação do desenho de políticas públicas e tomada de decisão, a fim de contemplar a dinâmica populacional em seu escopo. Estudos e análises vêm sendo desenvolvidos em áreas como urbanização e meio ambiente, produção e consumo sustentável, dinâmica demográfica e análises de perfis municipais em indicadores de meio ambiente e população. As análises são compostas por banco de dados temáticos e mapas que auxiliam o poder público em uma atuação com base em evidências para o desenvolvimento sustentável. (UNFPA)



ODS 3, ODS 10, ODS 11, ODS 12

Diálogos sobre Mudanças do Clima

O Sistema ONU no Brasil organizou em 2017 um ciclo de debates sobre Mudanças do Clima no intuito de fortalecer a integração da dimensão ambiental na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), criando um espaço fértil de diálogo com diferentes autoridades nacionais e parceiros estratégicos. O ciclo de debates com trocas de experiências promoveu a conexão entre as agências especializadas, fundos e programas da ONU com instituições governamentais e sociedade civil e, assim, buscando traduzir compromissos em ações.

Os encontros, que debatem a transversalidade do enfoque ambiental e do gerenciamento sustentável dos recursos naturais no contexto da Agenda 2030, começaram em agosto e seguiram até dezembro de 2017. Os temas dos encontros foram:

- 1) Mudanças do Clima e Segurança Energética e Alimentar, liderados pela FAO, CEPAL, CEBRI; AMEND e a Fundação Konrad Adenauer (KAS) na organização e com apoio da Delegação da União Europeia no Brasil.
- 2) Mudanças do Clima e Mobilidade Humana, presidido pelo ACNUR, OIM e ONU-HABITAT;
- 3) Mudanças do Clima, Desenvolvimento Humano e Redução da Pobreza, liderado pelo PNUD, pelo UNFPA e pela CEPAL;
- 4) Mudanças do Clima, Saúde e Poluição, liderado pela OPAS-OMS;

Todos os encontros contaram com a co-organização da ONU Meio Ambiente e alcançaram mais de 10 mil participantes on-line. Também tiveram como resultado a produção de 12 vídeo-pílulas educativos com conteúdo dos eventos e entrevistas.

Os Diálogos em Mudanças do Clima são uma iniciativa para reunir diversos setores da sociedade e representantes das agências e programas do sistema ONU no Brasil, cada qual com o seu mandato, para trocar visões e experiências e buscar entender como podemos endereçar essa questão, que é o grande tema da atualidade, em suas várias interfaces, como mudança do clima e pobreza, desenvolvimento, habitação, alimentação, energia, entre outros. Compartilhamos tanto conhecimento e ainda faltam muitas lacunas para avançar. Isso é o que nos move.



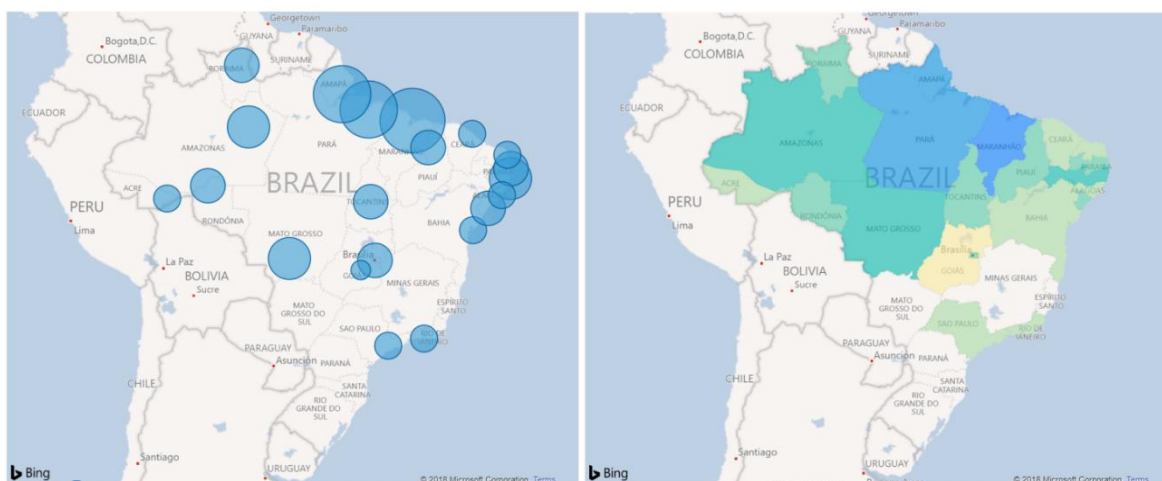
Denise Hamú
Representante da ONU Meio Ambiente



Desastres naturais levam 24 milhões de pessoas por ano à pobreza e estão diretamente ligados à mudança do clima. O desenvolvimento dos países e a erradicação da pobreza sofrem com os impactos da mudança do clima. Mas devemos reconhecer todos os esforços que o governo brasileiro tem feito. Quando o Brasil anunciou, em setembro de 2015, uma meta de redução das emissões de 37% em 2025, em relação aos níveis de 2005, foi um dos únicos países em desenvolvimento a assumir uma meta absoluta de redução.

Didier Trebucq
Diretor de País do PNUD

Mapa de Atuação Geográfica por Estados Brasileiros – Eixo Planeta



maior atuação – menor atuação

21

Estados

8

Agências da ONU



maior atuação

menor atuação

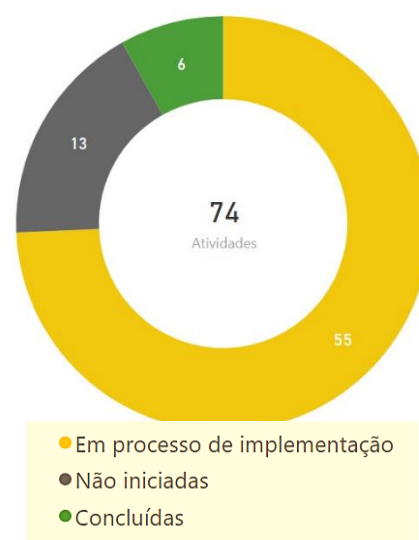
Eixo Prosperidade

Prosperidade e qualidade de vida para todas as pessoas

A eliminação da pobreza e a busca de melhor qualidade de vida, por meio de promoção do crescimento econômico inclusivo, sustentado e sustentável, estão no centro das atenções das atividades inseridas no contexto do Eixo Prosperidade. Assim como no Eixo Planeta, as atividades aqui estão distribuídas em dois resultados. O primeiro deles aborda as questões relacionadas à diversificação produtiva, ao fortalecimento da indústria e ao estabelecimento de infraestruturas resilientes, incluindo a produção habitacional, promovendo inovação e ao aumento da produtividade. O segundo resultado se orienta para o alcance desenvolvimento econômico aliado à justiça social, apoiando as políticas de empregabilidade, empreendedorismo, promoção do diálogo social, mecanismos de garantia dos direitos trabalhistas, combate ao trabalho forçado e infantil e garantia da igualdade de direitos para todas as pessoas, com foco especial nos grupos mais excluídos do mercado de trabalho.

As 74 atividades inseridas no Eixo Prosperidade para o biênio 2017-2018 representam um orçamento de aproximadamente 125,27 milhões de dólares, dos quais 13,24 milhões de dólares foram executados em 2017⁴.

Adiante serão apresentados os principais aportes do Sistema ONU no contexto do Eixo Prosperidade, bem como as principais ações planejadas para 2018, a distribuição do orçamento e dos recursos executados por ODS, bem como o mapa da distribuição das atividades executadas ao nível estadual.



Proporção de execução por orçamento 2017-2018 (USD)



⁴ Os dados apresentados nos resultados do Eixo Prosperidade não incluem informação orçamentária do programa especial do FIDA. O Programa do FIDA apresenta orçamento de 437,7 milhões de dólares destinados ao financiamento de ações que apoiem e promovam a agricultura familiar. Deste montante, cerca de 43 milhões de dólares foram executados no ano de 2017, beneficiando famílias rurais da região Nordeste, em parceria com o governo de 5 Estados e Governo Federal.

APORTES EM DESTAQUE

RESULTADO

4

Crescimento econômico inclusivo e ambientalmente sustentável, com diversificação produtiva, fortalecimento industrial, infraestrutura resiliente, aumento da produtividade e inovação, transparência, participação social e valorização das micro e pequenas empresas



Resultado Específico 4.1 - Políticas públicas e privadas bem como capacidades institucionais fortalecidas para promover a melhoria das cadeias de valor, estimulando a inovação, melhorando a competitividade para promover o desenvolvimento econômico inclusivo e sustentável.

Produtividade com Gestão Ambiental

- Pequenos agricultores do Ceará, Sergipe e Paraíba acessam mais incentivos para produção, por meio de ações de financiamento de práticas agroecológicas implementadas por agricultores familiares no Estado do Ceará, de modo a promover a conservação do solo e a gestão ambiental, beneficiando 30 mil famílias, incluindo grupos de quilombolas. A ONU Brasil também financiou a compra de equipamentos e a melhoria de infraestruturas para a implementação de atividades produtivas não relacionadas à agricultura, além do desenvolvimento de capacidades dos produtores locais por meio de acesso a técnicas de produção adequadas às condições do semiárido, treinamento para o fortalecimento organizacional de suas cooperativas e associações, bem como em técnicas de produção agrícola e não-agrícola. Pequenos produtores distribuídos em 56 municípios do Estado da Paraíba e em 15 municípios do Estado do Sergipe também foram apoiados com o objetivo de aumentar a produção, a produtividade e a qualidade de modo sustentável, beneficiando aproximadamente 14 mil pequenos produtores, incluindo comunidades quilombolas. (FIDA)



ODS 1, ODS 2, ODS 10, ODS 12, ODS 15

Ciclo de Vida e Ecoinovação em Pequenos Negócios

- Micro e pequenos negócios são fortalecidos por meio de estudos em análise de ciclo de vida e econinovação. Os estudos objetivam orientar sobre o processo de integração de processos de sustentabilidade em estratégias e modelos de negócios de micro e pequenos negócios. (ONU Meio Ambiente)



ODS 8, ODS 12

Estratégia Empresarial e os ODS

- Empresas brasileiras são capacitadas para incorporar os ODS em suas práticas corporativas. O Guia dos ODS para as Empresas (*SDG Compass*, em inglês) do Pacto Global foi desenvolvido para orientar o processo de construção e definição dos ODS, recomendar o alinhamento das metas internas já estabelecidas pelas empresas aos ODS e tratar do mapeamento do impacto dos ODS ao longo da cadeia de valor como parte de um passo a passo a ser seguido para que os ODS sejam internalizados na estratégia dos negócios. Mais de 1.000 profissionais, de quase 400 empresas brasileiras, já foram capacitados no Guia dos ODS, conjuntamente com diversas associações de pequenos e médios negócios e federações da indústria que têm atuado como multiplicadores e promotores do alinhamento estratégico empresarial aos ODS. (PNUD, Rede Brasil do Pacto Global).



ODS 9, ODS 11, ODS 17

Empoderamento de Mulheres

- Empresas se comprometem com o empoderamento econômico de mulheres, como resultado da elaboração de modelos de parcerias com empresas privadas, de forma a contribuir para a conscientização e para o aumento do comprometimento de suas lideranças em fortalecer as capacidades destas empresas para promover a igualdade de gênero. Ao final de 2017, lideranças brasileiras de mais de 150 empresas já tinham assinado e se comprometido com os Princípios de Empoderamento das Mulheres, beneficiando aproximadamente 800 mil mulheres que trabalham nestas empresas. (ONU Mulheres, Rede Brasil do Pacto Global)



ODS 5, ODS 8, ODS 17

Inovação e Promoção da Competitividade

- O setor produtivo nacional recebe incentivos à ampliação da competitividade, graças às ações de fortalecimento das políticas públicas e das estratégias governamentais para desenvolvimento e inovação. No contexto da atuação da ONU Brasil foram realizados estudos e levantamentos de dados estatísticos relevantes para compreender setores-chave da economia nacional, entre eles a indústria automobilística e a de calçados. (UNESCO)



ODS 9



Resultado Específico 4.2 - Capacidades institucionais ampliadas para o fortalecimento e articulação de políticas públicas nas áreas de infraestrutura, cidades, energia, sistemas de transporte e mobilidade urbana que sejam seguras e ambientalmente sustentáveis, adensadas tecnologicamente e desconcentradas para reduzir as desigualdades territoriais.

Parcerias Público-Privada em Infraestrutura

- Alternativas de financiamento para execução de políticas públicas são sistematizadas, como resultado de ações de capacitação de secretarias estaduais (MT, MS e DF) na priorização, avaliação e utilização de modelos alternativos de financiamento para execução de políticas públicas na área de infraestrutura – Parcerias Público-Privadas (PPP), bem como análise de viabilidade técnica, econômico-financeira, aspectos ambientais, modelagem jurídica e execução, além do acompanhamento de contratos de projetos. Capacitação da Secretaria

Estadual de Saúde de Mato Grosso na utilização de tecnologias de telemedicina, de modo a melhorar a qualidade do sistema de saúde da região. Além disso, o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul contou com suporte na elaboração e avaliação de estudos para estruturação de parceria com o setor privado, visando à universalização do sistema de esgotamento sanitário no Estado. Apoio à Secretaria de Fazenda do Distrito Federal na revisão dos estudos de concessão entregues por entidades privadas, melhorando a qualidade técnica e o impacto dos projetos na população. A Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal (Terracap) também contou com o apoio do Sistema ONU na contratação e seleção de projetos de PPPs para gerenciar o Estádio Nacional de Brasília e o Trevo da Saída Norte. (UNOPS, PNUD)



ODS 3, ODS 11, ODS 16, ODS 17



Resultado Específico 4.3 - Micro e pequenas empresas fortalecidas, empreendedorismo, associativismo e inclusão produtiva estimulados em instâncias decisórias de política econômica e produtiva com destaque para a igualdade de gênero, raça, etnia e geracional, entre outros, e com respeito ao meio ambiente.

Filantropia e os ODS

- Participantes de rede de entidades de filantropia somam esforços para o alcance dos ODS. O Sistema ONU desenvolve o estudo “Filantropia e os ODS: engajando o investimento social privado brasileiro na agenda de desenvolvimento global” que identifica entidades de filantropia, investidores sociais e atores desse setor, contribuindo para o aprofundamento de parcerias nacionais de modo a possibilitar o alcance dos ODS e a criação e organização de uma rede de entidades filantrópicas e investidores sociais. (PNUD)



ODS 9

Pequenos Negócios

- O desenvolvimento de pequenos negócios Inclusivos e de impacto social são incentivados no País. A “Iniciativa Incluir” promove o reconhecimento de modelos de negócios e soluções economicamente viáveis que geram valor compartilhado com a sociedade. Também foi realizada a disseminação de conhecimento por meio da organização e seminários e treinamentos na região Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, visando ao fortalecimento do ecossistema de negócios inclusivos e de impacto social no Brasil. (PNUD)



ODS 9

Empreendedorismo para Pessoas Refugiadas

- Refugiados e solicitantes de refúgio recebem suporte para abertura de seus próprios negócios, como resultado de ações de promoção do treinamento de empreendedores de modo a criar, gerir e expandir seus negócios e ainda acessar serviços financeiros, em especial oferta de crédito e microcrédito. Também foi realizada capacitação de agências bancárias em São Paulo (SP) para o recebimento e atendimento a refugiados e pessoas em situação de refúgio, possibilitando o estabelecimento de linha especial de microcrédito produtivo para esta

população. Aumentar a capacidade dos refugiados em integrarem-se como empreendedores, realizando seu potencial produtivo, além de contribuir com a inserção social dos mesmos, tem impacto no desenvolvimento local, com aumento da produção e da oferta de serviços, além da geração de oportunidades que podem beneficiar a população local. (ACNUR)



ODS 1, ODS 2, ODS 8, ODS 11, ODS 16

RESULTADO

5

Resultado 5 - Redução das desigualdades socioeconômicas e territoriais, com promoção do pleno emprego e do trabalho decente, garantia dos direitos sociais e trabalhistas, qualificação profissional, com especial atenção às pessoas em situação de maior vulnerabilidade



Resultado Específico 5.1 - Políticas públicas e privadas reforçadas e estimuladas para o pleno emprego e trabalho decente, com ênfase na promoção dos direitos e princípios fundamentais no trabalho, e na promoção de igualdade de gênero, raça, etnia e geracional e democracia no ambiente laboral.

Inclusão Laboral de Solicitantes de Refúgio e Refugiados

- Refugiados e solicitantes de refúgio têm acesso a novas ferramentas de recolocação profissional, como resultado da promoção do engajamento de instituições públicas e privadas em programas de emprego, sejam empresas, agências públicas e privadas de emprego, governos e organizações da sociedade civil. Também são criadas agências públicas de emprego de referência para o atendimento de refugiados; o engajamento de agências privadas de emprego como a "Projeto RH"; a criação de páginas na internet voltadas a inclusão laboral de refugiados como o projeto "Estou Refugiado"; a criação de programas específicos para colocação de refugiados em postos de trabalho como o Programa de Apoio para a Recolocação de Refugiados pela empresa EMDOC; o uso das redes sociais voltadas a temas profissionais como o LinkedIn (projeto Global Minds) e ações de emprego realizadas por ONG, como a Missão Paz. (ACNUR, OIT)



ODS 1, ODS 2, ODS 8, ODS 10, ODS 11, ODS 16

Reintegração de Migrantes Brasileiros

- Brasileiros em situação de vulnerabilidade no exterior retornam ao Brasil, graças as contribuições para adoção de procedimentos que facilitam os processos de retorno, por meio da articulação com outros países. (OIM)



ODS 10

Empoderando Refugiadas



Formatura da segunda turma do Projeto Empoderando Refugiadas. Crédito: ACNUR Brasil

O Projeto “Empoderando Refugiadas” é uma iniciativa do ACNUR, PNUD e ONU Mulheres juntamente com a Rede Brasil do Pacto Global da ONU e em parceria com diversas organizações e empresas. O objetivo do projeto é aumentar o acesso de mulheres refugiadas ao emprego formal no Brasil, por meio da sensibilização de empresas. Além disso, promove encontros mensais de formação e aconselhamento sobre direitos, planejamento profissional e financeiro, bem como de empreendedorismo.

Entre 2016 e 2017, mais de 80 mulheres participaram dos workshops realizados pelo projeto. Cerca de 40 delas receberam aconselhamento de carreira e sessões de coaching. Mais de 350 pessoas participaram das atividades de sensibilização do projeto. E 20 mulheres refugiadas conseguiram trabalho graças aos encaminhamentos do projeto

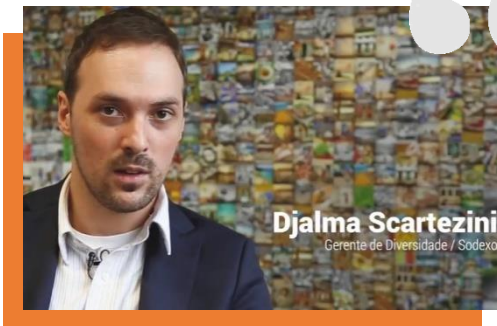
“

Nem todo mundo entende o ser refugiado, o estar em estado de refúgio. Por que que você está aqui? Por que você não ficou no seu país? Você saiu por você precisava continuar a viver. Eu saí do meu país por causa da minha orientação sexual. Porque a questão de emprego, questão de segurança, de privacidade, de bem-estar... Então, essas coisas eu não conseguia ter lá.

Eu faço o cadastramento dos refugiados que vem aqui em busca de ajuda para conseguir uma vaga de emprego. Tem muitos que saíram sem nada, só com a roupa do corpo, e hoje estão aqui começando. Mas são pessoas que tiveram formação superior, pós-graduação, mas chegam aqui e tem que se submeter a trabalhar em funções que não tem nada a ver com aquilo que eles estudaram, com aquilo que foi a formação deles, no país deles.

”

Lara
Assistente de RH / Plano Digital



“ Eu acho que a diversidade, ela tem um valor que, quanto mais diverso for um time, mais inovador ele pode ser. E a diversidade, ela também esconde, atrás dela, um retorno de investimento muito grande. Porque pela inovação surgem novas ideias. A gente tem dali novas formas de representar um produto para o cliente e ganha mais dinheiro de volta. Então, isso não é só uma coisa bonitinha. Acho que isso faz parte de um negócio também.”

Djalma Scartezini
Gerente de Diversidade / Sodexo

“ A gente tem um programa dentro da empresa de preparação e desenvolvimento dessas pessoas. Porque tem aspectos que, tanto culturais, quanto de língua, quanto de ambientação ao país, relacionado ao cultural, evidentemente, que a gente pode preparar esses refugiados para que eles possam, de fato, ser integrados no mercado de trabalho brasileiro. ”



Vinícios Malfatti
Diretor Executivo / Instituto Lojas Renner

Mapa de Atuação Geográfica por Estados Brasileiros – Eixo Prosperidade



maior atuação – menor atuação

22

Estados

10

Agências da ONU



maior atuação

menor atuação

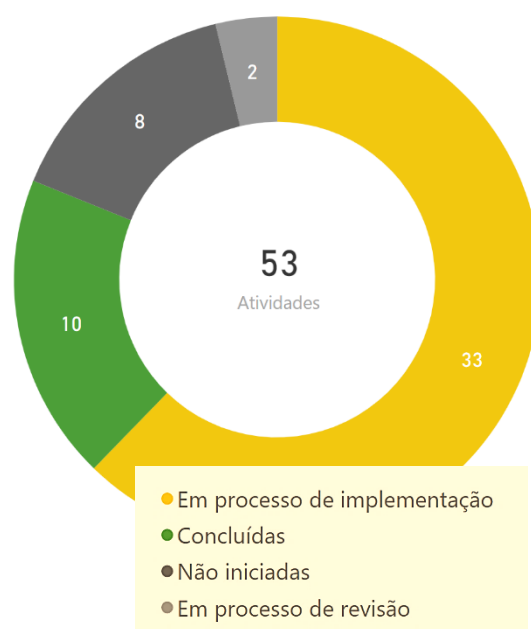
Eixo Paz

Sociedade pacífica, justa e inclusiva

As atividades ligadas ao Resultado 6, no contexto do Eixo Paz, estão alinhadas com a promoção de uma sociedade plenamente pacífica e inclusiva, garantida por meio de instituições fortalecidas e capazes de gerenciar recursos de forma eficiente e transparente, garantindo a entrega de serviços e bens públicos mediante processos inclusivos e responsivos de tomada de decisão e de implementação de políticas públicas. Também é foco desse conjunto de atividades a promoção do alinhamento das legislações nacionais com os padrões internacionais de garantia dos direitos humanos.

As 53 atividades inseridas no Eixo Paz para o biênio 2017-2018 representam um orçamento de aproximadamente 12 milhões de dólares, dos quais 3 milhões de dólares foram executados em 2017.

Adiante serão apresentados os principais aportes do Sistema ONU no contexto do Eixo Paz, bem como as principais ações planejadas para 2018, a distribuição do orçamento e dos recursos executados por ODS, bem como o mapa da distribuição das atividades executadas ao nível estadual.



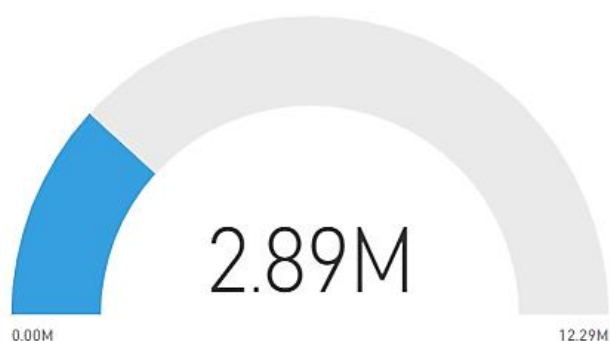
Proporção de execução
por orçamento 2017-2018 (USD)

12.29M

Orçamento total 2017-2018 (USD)

2.89M

Execução total em 2017 (USD)



APORTES EM DESTAQUE

RESULTADO

6

Promoção de uma sociedade pacífica, justa e inclusiva por meio de participação social, transparência e governança democrática, respeitando-se a laicidade do Estado e garantindo-se direitos humanos para todos e todas



Resultado Específico 6.1 - Legislações, políticas públicas e capacidades institucionais fortalecidas, alinhadas aos padrões internacionais de direitos humanos para proteção, prevenção e resposta a violência, exploração, negligência e discriminação contra grupos em situação de maior vulnerabilidade, considerando gênero, raça, etnia e idade, assegurando governança democrática e transparente com ampla participação social e acesso à justiça.

Assistência a Migrantes Venezuelanos

- Acolhida de migrantes venezuelanos em abrigos apresenta melhorias, como resultado do desenvolvimento de capacidades de representantes dos governos estaduais de Roraima e de organizações da sociedade civil para o gerenciamento de abrigos e espaços de acolhidas de migrantes. (OIM)



ODS 10

Vulnerabilidade Juvenil à Violência

- Análise da vulnerabilidade de jovens à violência contribui para melhoria e focalização de políticas públicas na área. A ONU Brasil colaborou na revisão do indicador que agrega dados relativos às dimensões consideradas chave na determinação da vulnerabilidade dos jovens à violência, tais como taxa de frequência à escola, escolaridade, inserção no mercado de trabalho, taxa de mortalidade por homicídios e por acidentes de trânsito. A revisão de 2017 trouxe questões inéditas ao analisar o homicídio de jovens no Brasil a partir das variáveis de gênero e raça. A atualização desses dados é um importante instrumento para que os gestores e formuladores de políticas públicas possuam informações relevantes para aumentar a eficiência de suas ações em âmbito municipal. Esta atividade também está inserida no contexto da Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024). (UNESCO)



ODS 5, ODS 10, ODS 16

Determinação da Condição de Refugiado

- Pedidos de solicitação de refúgio são analisados em menor tempo pelo governo brasileiro. Com apoio das Nações Unidas, em especial do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), houve aperfeiçoamento dos procedimentos para determinação da condição de refugiado, considerando o crescente volume de solicitações de refúgio, e progrediu-se ainda sobre o passivo de solicitações que impactam os trabalhos do referido comitê. Também foi apoiada a criação de protocolos para casos mais vulneráveis ou com necessidades específicas, a exemplo da Resolução conjunta entre CONARE, CNIg, CONANDA e DPU que estabelece novos procedimentos de identificação, atenção e proteção para criança e adolescente estrangeiros que estejam desacompanhados no ingresso em território brasileiro. (ACNUR)



ODS 5, ODS 10, ODS 11, ODS 16

Política Nacional para Refugiados

- Mecanismo de garantia de direitos a solicitantes de refúgio formalizado, graças ao desenho e implementação na política nacional para os refugiados de mecanismo de gestão de fluxo nas fronteiras, incluindo protocolos de recepção, proteção e referenciamento aos serviços existentes em relação às necessidades dos refugiados nas regiões de fronteira. Também foi prestado apoio na construção de planos de ação e de contingência para que as situações de emergência pudessem ter uma resposta do ponto de vista humanitário e com foco na recepção de refugiados e de pessoas com necessidades de proteção internacional, especialmente de venezuelanos que, em dezembro de 2017, já somavam mais de 30.000 pessoas no Brasil. (ACNUR, OIM, PNUD, UNFPA)



ODS 1, ODS 2, ODS 16

Direitos das Crianças

- Crianças e adolescentes passam a ser ouvidos em processos que tratam de violências contra crianças, como resultado de ações de *advocacy* junto a instituições do poder legislativo no nível nacional e estadual, juntamente com organizações da sociedade civil, representantes do sistema jurídico e de especialistas renomados. As ações foram realizadas buscando a aprovação da Lei n.º 13431/2017 que reconhece o direito das crianças em serem ouvidas em procedimentos administrativos e civis sobre violências contra crianças, possibilitando assim criar mecanismos de participação e evitando a revitimização. (UNICEF)



ODS 16

Sistema Socioeducativo Fortalecido

- Condições de vida e de acesso a direitos de jovens internados em centros socioeducativos passam por melhorias. O Sistema ONU contribui para a proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes no país, com a criação de diretrizes para evitar violações de direitos humanos. O Brasil possui 452 centros socioeducativos sofrendo de superlotação, onde 23.066 adolescentes estão internados. Foram realizadas ações para o fortalecer o sistema socioeducativo brasileiro por meio da construção de 19 centros de semiliberdade com desenhos arquitetônicos alinhados às diretrizes da política nacional. Em 2016 e 2017, seis novos centros foram entregues: João Pessoa (PB), Feira de Santana (BA), Juazeiro (BA), Sobral (CE), Anápolis (GO) e Parnamirin (RN). Atualmente, há 11 centros em construção: Porangatu (GO), Itaberaí (GO), Itumbiara (GO), Alfenas (MG), Nossa S. Do Socorro (SE), Florianópolis (SC), Palmas (TO), Vitória da Conquista (BA), Manaus (AM), Rondonópolis (MT) e Gama (DF). (UNOPS, UNDP)



ODS 16

Acesso à Justiça e aos Direitos Humanos

- Famílias de vítimas da ditadura militar têm acesso a ações de reparação, como resultado de ações realizadas para a identificação de desaparecidos políticos durante a ditadura militar (1964-1985), em conformidade aos pressupostos da Lei 9.140/95. (PNUD)



ODS 16

Denúncias sobre Violações de Direitos Humanos

- Pessoas presas e seus familiares têm acesso a instrumentos de denúncia sobre violações de direitos melhorados. Este foi o resultado de ações de fortalecimento da gestão do sistema prisional no Brasil, para o recebimento e processamento de cartas enviadas por pessoas presas ou seus familiares, que trazem desde denúncias sobre violações de direitos até demandas por acesso a serviços e direitos, bem como histórias de vida das pessoas envolvidas na dinâmica do sistema prisional. As ações são realizadas no contexto do projeto “Cartas do Cárcere”, cuja proposta é analisar o conteúdo e dar voz às histórias, por meio de ferramentas de comunicação como forma de enfrentar o silenciamento das pessoas presas, lançando luz sobre seus relatos e a experiência subjetiva do encarceramento. (PNUD)



ODS 16

Governança e os ODS

- Servidores públicos municipais apropriam-se de conhecimentos relacionados aos ODS, por meio de ações para o fortalecimento das capacidades para planejar, implementar, monitorar e avaliar políticas públicas, por meio do curso de especialização em Gestão Pública da Escola Nacional de Administração Pública. (PNUD)



ODS 16, ODS 17

Empoderamento de Meninas

- Investimento na quebra do ciclo de violência de gênero e no empoderamento de meninas, por meio do esporte para investir na liderança, na autoestima, nos direitos sexuais e no planejamento do próprio futuro de meninas em contextos vulneráveis às diferentes formas de violência. Em 2017, o Programa Uma Vitória Leva à Outra ofereceu acampamentos de liderança e oficinas de contação de histórias com novas tecnologias para cerca de 100 meninas no Rio de Janeiro, e capacitou 50 multiplicadores/as de organizações de esportes pelo desenvolvimento para a aplicação do currículo de gênero e esportes. (ONU Mulheres)



ODS3, ODS 4, ODS 5



Resultado Específico 6.2 - Evidências produzidas e estratégia de comunicação e *advocacy* implementada, considerando gênero, raça, etnia e idade, subsidiando o planejamento e a transparente tomada de decisões, além de assegurar o enfrentamento à violência, a promoção de direitos humanos e o acesso à justiça.

Combate à Xenofobia, Discriminação e Estigma

- Promoção de conscientização contra a xenofobia e discriminação contra refugiados venezuelanos são colocadas em foco, graças à elaboração de campanhas de visibilidade visando conscientizar a população de Roraima sobre a situação dos venezuelanos, alertando sobre suas vulnerabilidades e necessidades de apoio, mas também de seus potenciais acadêmicos/profissionais/culturais que podem contribuir com o desenvolvimento das comunidades em que estão se inserindo, buscando a convivência pacífica com a população local. (ACNUR, UNFPA, OIM, ONU Mulheres, UNICEF, ACNUDH)



ODS 1, ODS 2, ODS 10, ODS 11, ODS 16

Proteção às Crianças

- Incentivo ao engajamento público para combater violências contra crianças é promovido, como resultado da elaboração e implementação de uma pesquisa sobre a percepção da população brasileira a respeito de violência cometida contra crianças, permitindo assim a elaboração de uma estratégia de comunicação focada em evidências. (UNICEF)



ODS 16

Influxo Venezuelano no Brasil

Devido à corrente situação política e socioeconômica na Venezuela, muitos venezuelanos estão sendo forçados a deixar seu país. Em torno de 43.000 venezuelanos formalmente requereram formalização de seu status no Brasil até 10 de abril de 2018. Do número total de pedidos, 72% foram registrados no estado de Roraima e 19% no estado do Amazonas.

Nesse contexto, a ONU Brasil criou um grupo interagencial para abordar as questões mais prementes e apoiar o governo brasileiro nos níveis municipal, estadual e federal, de forma a fortalecer a resposta humanitária e assegurar uma abordagem baseada em direitos e a centralidade da proteção às necessidades dos refugiados e migrantes venezuelanos. O Sistema ONU, o governo brasileiro e demais parceiros estão aumentando as respostas de assistência e proteção para os venezuelanos que continuam a chegar no norte do país com necessidades humanitárias crescentes. A estratégia é composta por uma abordagem dividida em três fases: 1) intervenções a serem realizadas nos estágios imediatos de emergência; 2) intervenções de médio prazo (apoio de registro, interiorização, intervenções financeiras, etc.); e 3) soluções de longo prazo (integração social, coexistência pacífica, etc.).

Ainda é possível destacar ações apoiadas pelas Nações Unidas relacionadas a questões de:

- Registro e documentação;
- Produção e gerenciamento de informação;
- Serviços de saúde;
- Abrigos de emergência;
- Serviços essenciais e de necessidades básicas;
- Combate a violência sexual e de gênero;
- Proteção à criança e ao adolescente;
- Meios de subsistência e geração de renda;
- Interiorização – transferência voluntária de migrantes e refugiados para outros estados brasileiros; e
- Informação pública.



Trinta e nove crianças e adolescentes Warao da Venezuela já foram matriculados em escolas de nível infantil e fundamental em Manaus. Crédito: ACNUR/João Paulo Machado

Às cinco da manhã, a venezuelana Dorca acorda cheia de energia e sai correndo pela casa onde mora na periferia de Manaus, capital do Amazonas, para rapidamente se arrumar e ir à escola. A empolgação da garota de cinco anos de idade é fruto de um plano implementado pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED), que quer facilitar o acesso de crianças e adolescentes estrangeiros à rede pública de ensino. Dorca é uma criança da etnia indígena Warao e está matriculada no Centro Municipal de Educação Infantil (CEMEI) Romualdo Rubi, uma das quatro escolas que integram o projeto da SEMED na capital.

Trinta e nove crianças e adolescentes Warao da Venezuela já foram matriculados em escolas de nível infantil e fundamental. Os pais desses jovens estão muito satisfeitos com a oportunidade de terem seus filhos estudando no Brasil.

“Lá na Venezuela, elas não estudavam. Aqui, elas vão à escola, brincam e comem. Elas têm aprendido muita coisa, uma delas já sabe falar e escrever em português”, comenta Yuliz Torrez, mãe de Dorca, enquanto mostra orgulhosa os cadernos das duas filhas.



Isabel Marquez
Representante do ACNUR no Brasil

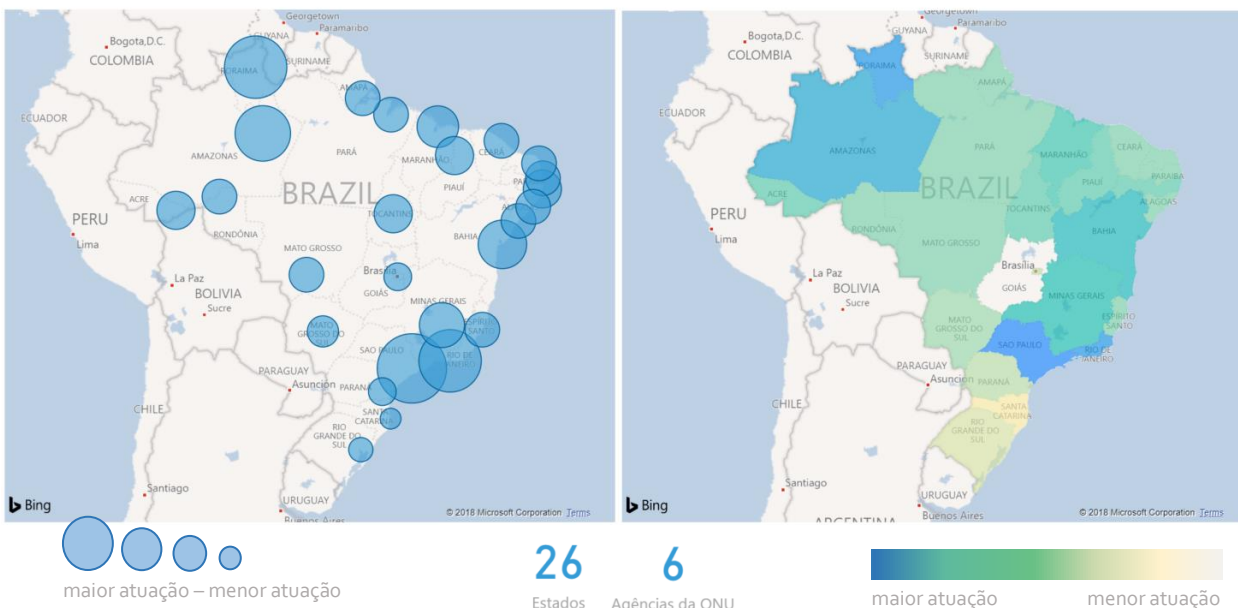
Como resultado da complexa realidade política, social e econômica da Venezuela, muitas pessoas estão sendo forçadas a deixar o país, que tradicionalmente tem acolhido refugiados de várias nacionalidades. Estas pessoas chegam ao Brasil com muitas necessidades de proteção e assistência, incluindo questões de saúde, alimentação e segurança. No Brasil e em outros países, as agências da ONU têm trabalhado para que as respostas a esta situação sejam orientadas para proteger e atender as necessidades humanitárias desta população, com base nas boas práticas da região.

No atual contexto, a migração segura, ordenada e digna é uma prioridade para a garantia dos direitos dos migrantes venezuelanos e o bem-estar da população brasileira. A legislação do Brasil é moderna e alinhada com o direito internacional das migrações e, juntamente com o governo, o sistema ONU está trabalhando para que nenhum migrante seja deixado para trás, facilitando sua integração no país.



Stephane Rostiaux
Representante da OIM no Brasil

Mapa de Atuação Geográfica por Estados Brasileiros – Eixo Paz



Temas Transversais

GÊNERO, RAÇA E ETNIA

A temática relacionada às questões de gênero, raça e etnia no Brasil fazem parte de todos os quatro Grupos de Resultados da ONU Brasil, bem como do Grupo Temático sobre Gênero, Raça e Etnia (GT-GRE). Está também inserida no contexto da Década Internacional de Pessoas Afrodescendentes (2015-2024). É, portanto, uma temática transversal, razão pela qual seus resultados serão relatados separadamente dos Eixos.

As atividades implementadas em 2017 contribuíram para o desenvolvimento de capacidades, principalmente aquelas relacionadas à representatividade de instituições da sociedade civil ligadas ao movimento de mulheres negras. Também contribuíram para a geração de evidências com o objetivo de fortalecer a desenvolvimento e implementação de políticas públicas. E ainda colaboraram para a elaboração e efetivação de estratégias de *advocacy* relacionadas à temática.

Entre tais atividades destaca-se o workshop sobre filtragem/ perfilamento racial, organizado no Rio de Janeiro e em Fortaleza, o qual contou com aproximadamente 70 representantes de organizações da sociedade civil, governos locais e pesquisadores de várias regiões do País. Além de contribuir para o intercâmbio de experiências e boas práticas em ações de inibição de filtragem racial contra a população afrodescendente, migrantes e refugiados, o evento também contribuiu para a coleta de recomendações para o combate ao racismo institucional, para o registro de violações e para o fortalecimento do intercâmbio de informações entre organizações da sociedade civil.

Ainda no contexto da Década Internacional de Pessoas Afrodescendentes, a ONU no Brasil engajou-se em diálogos e colaborações com mulheres negras representantes do Fórum Permanente de Promoção da Igualdade Racial (FOPIR), o que levou a participação destas na 61ª Sessão da Comissão sobre o Status da Mulher (CSW). Tal participação resultou, pela primeira vez, na inclusão de um parágrafo sobre mulheres afrodescendentes nas conclusões acordadas pela Comissão.

O Sistema ONU no Brasil colaborou e participou de outros eventos e treinamentos que resultaram no fortalecimento de capacidades, no registro e disseminação de boas práticas e na promoção de *advocacy* para a temática. Entre tais eventos, destacam-se:

- i) II Fórum de Feministas Negras, realizado em São Paulo, reunindo 380 jovens feministas negras de 16 a 35 anos de todas as regiões do Brasil, resultando em um mapeamento sobre as organizações brasileiras de jovens negras.
- ii) Articulação entre mulheres negras brasileiras e uruguaias com a Relatora Especial da Comissão Interamericana sobre os Direitos das Pessoas Afrodescendentes e contra a Discriminação Racial – quando foi apresentado um estudo sobre a situação de violência contra as mulheres negras e um estudo sobre a intolerância religiosa que afeta principalmente as mulheres negras brasileiras.

- iii) Reunião entre Mulheres Negras do Cone Sul – Argentina, Chile, Uruguai e Brasil – com o objetivo de criar uma rede de cooperação para acompanhar o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na região.
- iv) Apresentação do relatório sobre a violência contra as pessoas afrodescendentes LGBTI no Brasil durante uma audiência pública da Comissão Interamericana de Direitos Humanos – a qual resultou em recomendações para a Comissão e autoridades brasileiras.
- v) Elaboração do Pacto contra Intolerância Religiosa a ser assinado pelos Estados brasileiros como demonstração de comprometimento com a Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata.
- vi) Preparação para a organização do 4ª Conferência Nacional para a Promoção da Equidade Racial, a ser realizada em maio de 2018.

Pela primeira vez, o Sistema ONU no Brasil se fez presente no Kuñangue Aty Guasu, grande assembleia das mulheres Kaiowá e Guarani, de maneira a reforçar o compromisso das Nações Unidas em aprofundar o trabalho com as mulheres indígenas.

JUVENTUDE

A temática relacionada às questões de juventude foi trabalhada conjuntamente entre as agências, fundos e programas do Sistema ONU no Brasil, perpassando os objetivos relacionados aos quatro Eixos. Mais notadamente, o conjunto de ações visando o combate à violência letal contra jovens afrodescendentes foi um dos pontos centrais da Campanha Vidas Negras, lançada em novembro de 2017. Para maiores informações sobre a Campanha Vidas Negras, favor referir-se ao conteúdo da página 58.

A ONU no Brasil também se engajou para promover o Dia Internacional da Juventude, comemorado no dia 12 de agosto de 2017. Para este ano, a temática escolhida tinha como objetivo contribuir para aumentar a conscientização e promover um debate intersetorial sobre políticas de drogas no Brasil, com foco em grupos vulneráveis que são diretamente afetados pela implementação de políticas, especialmente jovens mulheres negras e homens negros. O evento foi transmitido simultaneamente nas páginas do Facebook do UNFPA Brasil e da ONU Brasil, alcançando cerca de 32 mil pessoas. Representantes do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário participaram do debate, juntamente com as organizações da sociedade civil, além de agências, fundos e programas da ONU no Brasil.

A ONU no Brasil também tem se engajado em atividades de fortalecimento de jovens da sociedade civil tanto por estabelecer diálogo e participação permanente de jovens no próprio Grupo Assessor – como é o caso do Conselho Nacional de Juventude, que integra o Grupo – como por meio do apoio e promoção de capacitações e materiais para lideranças jovens com vista ao diálogo e incidência política qualificada junto a tomadores de decisão. No espírito da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável e seu mote de “não deixar ninguém para trás”, o Sistema ONU apoiou a participação de lideranças jovens provenientes de grupos em situação de vulnerabilidade social em espaços multilaterais e



Rayanne França, de 25 anos, é uma ativista brasileira da juventude indígena. Crédito: ONU Mulheres

nacionais, além de apoiar e atuar em capacitações sobre direitos da juventude e direitos humanos junto a jovens afrodescendentes, jovens rurais, jovens feministas, jovens indígenas e jovens LGBTI.

O diálogo permanente, desde o início das atividades do Grupo Assessor em 2014, também se deu com o setor público, por meio da participação e co-coordenação do Grupo Assessor de Juventude pela Secretaria Nacional de Juventude, órgão do governo federal responsável por transversalizar a perspectiva das necessidades e direitos da juventude nas demais instâncias governamentais, fortalecendo parcerias amplas e abrangentes para avanços da Agenda de Juventude no país. Ao longo de 2017,

integrantes do GA de Juventude participaram de diversos debates e ações de comunicação, promovidas pelo sistema ONU e/ou outras organizações e a mídia, reforçando os e as jovens como sujeitos de direitos e agentes de transformação para o desenvolvimento social e econômico equitativo e sustentável.

DIREITOS HUMANOS

A multifacetada temática de direitos humanos é abordada pelo trabalho das Nações Unidas no Brasil em toda a sua extensão. Assim, cabe destacar aqui as principais ações voltadas para a promoção de avanços de direitos humanos no país. Para tanto, foi feito um extensivo trabalho de monitoramento da situação dos direitos humanos com as colaborações de organizações parceiras e da mídia, além do acompanhamento direto com as partes nacionais interessadas para questões ligadas ao sistema penitenciário, ao conjunto de defensores de direitos humanos e aos povos indígenas.

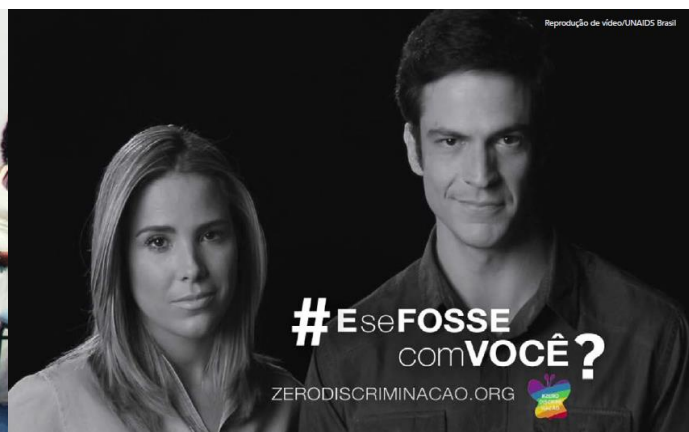
O Sistema ONU elaborou um mapeamento de todas as atividades que está desenvolvendo ou planeja desenvolver para colaborar no processo de implementação das recomendações recebidas pelo governo brasileiro no contexto do 3º Ciclo da Revisão Periódica Universal (RPU). Organizações da sociedade civil receberam orientações e treinamento para desenvolverem ações de monitoramento das recomendações da RPU.

Com o objetivo de contribuir para o debate público, a ONU Brasil produziu notas técnicas sobre o projeto de lei que propõe a redução da idade de responsabilidade criminal e para o projeto de lei que propõe a redução da proteção legal em caso de trabalho forçado. Foram ainda produzidas duas declarações públicas sobre assassinatos de defensores de direitos humanos, sobre o trabalho forçado e sobre projeto de lei que afeta o direito das mulheres. O Sistema ONU também participou de audiências públicas, seminários e encontros temáticos no Congresso Nacional, além de se reunir com delegações de ativistas de direitos humanos, incluindo representantes de povos indígenas.

A campanha das Nações Unidas para promoção dos direitos das pessoas LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Pessoas Trans, Travestis, Transexuais e Intersexo – Campanha Livres e Iguais - entrou no seu terceiro ano de trabalho no Brasil, organizando atividades de treinamento presencial para mais de 800 pessoas por todo País e materiais didáticos nas temáticas de empresas e enfrentamento à discriminação de pessoas LGBTI bem como refugiados e solicitantes de refúgio LGBTI. A ONU Brasil ainda executou o bem-sucedido projeto piloto “Trans-Formação” que buscou capacitar 24 travestis e transexuais do Distrito Federal, durante um período de quatro meses, para atuação como ativistas em foros de debates políticos, além de promover engajamento de agentes públicos, como trabalhadores da área de saúde, defensores públicos e agentes de segurança, em ações voltadas para a população trans. Essa iniciativa tem atraído a atenção de outros governos municipais e estaduais do País que solicitaram a replicação do projeto em outras cidades.

A Campanha UNA-SE Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, para além de ações de comunicação voltadas a mobilizar as comunidades pelo fim das violências de gênero, como a iluminação de monumentos e a adesão de pessoas e instituições ao uso da cor laranja, teve por tema e fio condutor a educação para a igualdade de gênero, como ferramenta para a desconstrução de estereótipos e a prevenção das violências de gênero. A ONU Brasil também criou uma plataforma para a disseminação de uma extensa pesquisa longitudinal sobre a prevalência da violência em 9 capitais do Nordeste: durante os 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres, a Campanha UNA-SE fomentou o debate acerca de fenômenos explicitados pela pesquisa, em especial a transmissão intergeracional da violência doméstica, e seu profundo impacto sobre a economia.

Já a iniciativa Zero Discriminação, lançada mundialmente no dia 1º de março de 2013, permanece ativa e a celebrar o direito de todos a uma vida plena, digna e produtiva – não importando sua origem, orientação sexual, identidade de gênero, sorologia para o HIV, raça, etnia, religião, deficiência e tantos outros motivos de discriminação. Para celebrar o Dia Mundial de Zero Discriminação de 2017 (1º de março), a ONU Brasil lançou a campanha #EseFosseComVocê, estrelada pelos Embaixadores de Boa Vontade do UNAIDS Mateus Solano e Wanessa Camargo. O filme de publicidade social buscou provocar uma reflexão nos telespectadores e internautas sobre como cada pessoa reagiria se fosse confrontada com uma situação de discriminação. A concepção e produção da #EseFosseComVocê? foi feita em parceria pro bono com a Ogilvy Brasil e exibida nos intervalos comerciais da TV Globo como parte da plataforma de defesa dos direitos humanos Tudo Começa pelo Respeito—lançada pela Direção de Responsabilidade de Globo em parceria com UNAIDS, UNESCO, ONU Mulheres e UNICEF.



COOPERAÇÃO SUL-SUL TRILATERAL

Em 2017, o Sistema ONU participou ativamente do desenvolvimento e implementação da cooperação sul-sul trilateral, pela qual as agências, fundos e programas das Nações Unidas apoiam as iniciativas da diplomacia de solidariedade brasileira por meio de compartilhamento com outros países em desenvolvimento do acervo de conhecimento disponível no país, parte do qual adquirido pela contribuição do sistema multilateral.

Entre os principais projetos de cooperação sul-sul triangular desenvolvidos em 2017, vale destacar os projetos de apoio à elaboração, implementação e avaliação de programas nacionais de alimentação escolar em iniciativas com os governos do Zimbábue, Benin e Quênia, conduzidos no escopo do Centro de Excelência contra a Fome – uma parceria entre o Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas e o Brasil. O conhecimento produzido no Brasil a respeito da experiência de conexão entre tais programas e iniciativas baseadas em compras locais (Programa de Aquisição de Alimentos) permitiu alcançar resultados mais duradouros e sustentáveis nos países africanos. Também foi possível encontrar modelos inovadores de mobilização de recursos para a garantia da sustentabilidade de iniciativas de alimentação escolar, garantindo o fortalecimento da coordenação institucional e multisetorial na área de segurança alimentar e nutricional.

Além do fortalecimento de políticas públicas nacionais nos países participantes dos projetos de cooperação sul-sul trilateral, também foi possível gerar conhecimento sobre a implementação de tais políticas, por meio a elaboração de estudos para identificação dos benefícios de alinhamento dos programas de alimentação escolar vinculados às atividades agrícolas locais na região da União Africana. O estudo reconheceu desafios e propôs recomendações para o aprimoramento e ampliação das iniciativas de alimentação escolar atualmente em curso em países da União Africana.

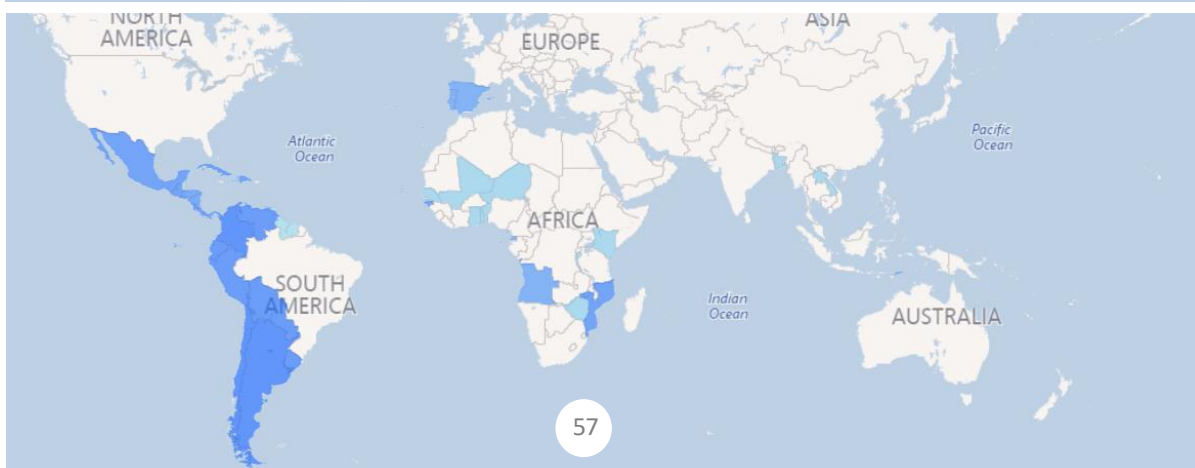
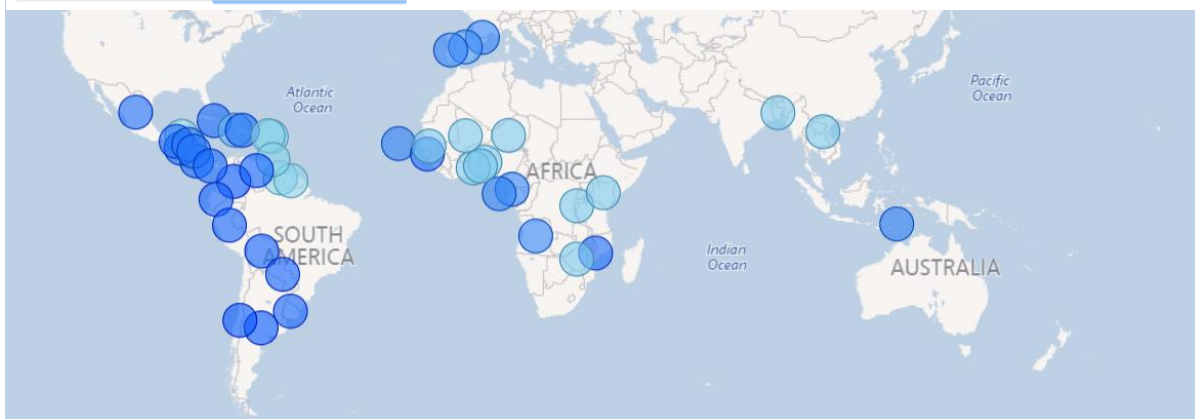
O desenvolvimento de capacidades locais também esteve no centro dos projetos de cooperação sul-sul trilateral. No âmbito do projeto “Algodão com Trabalho Decente”, foram organizadas duas missões técnicas, em agosto e setembro de 2017, para promover o intercâmbio de experiências entre delegações de Moçambique, Mali e do Brasil, contribuindo para a promoção do trabalho decente na cadeia produtiva do algodão, por meio da sistematização de experiências brasileiras, seu compartilhamento e adaptação. A iniciativa buscou ampliar a troca de experiências e tecnologias para aumentar a produtividade dos agricultores de algodão, beneficiando mais de 300.000 famílias produtoras de algodão em Moçambique, incluindo agricultores familiares.

Merecem destaque, adicionalmente, os trabalhos do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG, na sigla em inglês) e do Centro de Excelência contra a Fome. O IPC-IG é um fórum global para o diálogo Sul-Sul sobre políticas de desenvolvimento inovadoras, fruto de um acordo de parceria entre o Governo do Brasil, representado pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Já o Centro de Excelência contra a Fome é resultado de uma parceria entre o Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas e o Brasil, e busca ser um espaço global de intercâmbio de experiências, de desenvolvimento de capacidades, de promoção da cooperação sul-sul na área de alimentação escolar, nutrição e segurança alimentar e nutricional.

Adicionalmente, a ONU Brasil também trabalhou para fortalecer as capacidades estatísticas nacionais no âmbito do projeto “Centros de Referência em Coleta Eletrônica de Dados em África”. Os parceiros no Senegal e em Cabo Verde foram capacitados para replicar conhecimentos e metodologias na realização de censos e pesquisas com coleta eletrônica de dados e atuarem como Centros de Referência no continente africano. No mais, também foram desenvolvidas ações no âmbito da promoção dos direitos das mulheres, com foco no compartilhamento de políticas para empoderamento econômico e no enfrentamento à violência de gênero.

Distribuição Geográfica da Cooperação Sul-Sul Triangular

| Localização Geográfica | Número de atividades | Localização Geográfica | Número de atividades | Localização Geográfica | Número de atividades |
|------------------------|----------------------|------------------------|----------------------|------------------------|----------------------|
| Andorra | 7 | Espanha | 7 | Peru | 10 |
| Angola | 7 | Gana | 2 | Portugal | 7 |
| Antígua e Barbuda | 1 | Guatemala | 9 | Quênia | 2 |
| Argentina | 11 | Guiana | 1 | República Dominicana | 9 |
| Bangladesh | 2 | Guiné-Bissau | 9 | San Kitts y Nevis | 1 |
| Belize | 1 | Guiné-Equatorial | 7 | Santa Luzia | 1 |
| Benin | 2 | Haiti | 4 | São Tomé E Príncipe | 7 |
| Bolívia | 10 | Honduras | 8 | Senegal | 2 |
| Burundi | 2 | Laos | 2 | Suriname | 1 |
| Cabo Verde | 7 | Mali | 2 | Timor-Leste | 7 |
| Chile | 11 | México | 9 | Togo | 2 |
| Colômbia | 11 | Moçambique | 9 | Trinidad e Tobago | 1 |
| Costa Rica | 9 | Nicarágua | 8 | Uruguai | 10 |
| Cuba | 9 | Níger | 2 | Venezuela | 10 |
| El Salvador | 9 | Panamá | 9 | Zimbábue | 2 |
| Equador | 10 | Paraguai | 10 | | |



Campanha Vidas Negras

A Campanha Vidas Negras foi criada no contexto das ações previstas para a Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024). Com o objetivo de promover ações de combate à violência letal contra a juventude negra e ao racismo, a campanha foi organizada pelo Sistema ONU no Brasil. Desde seu lançamento, em novembro de 2017, durante o mês da Consciência Negra, as mensagens e os vídeos produzidos alcançaram mais de 35 milhões de visualizações em veículos de mídia online e mais de 20 milhões em mídias sociais (Facebook, Twitter e Instagram). As ações ainda contaram com as adesões e participações de personalidades brasileiras engajadas com o combate à discriminação racial, entre elas estão: as atrizes Kênia Maria, Taís Araújo e Elisa Lucinda, o ator Érico Bras e o grupo musical Dream Team do Passinho.



Meu nome é Rafaela Silva, tenho 25 anos, venho da Cidade de Deus (Rio de Janeiro), fui a primeira atleta brasileira campeã mundial e olímpica de judô.

Já imaginou te encararem como suspeita por causa da sua cor? Isso já aconteceu comigo. Se chama filtragem racial. Acontece na rua, durante as abordagens policiais, mas também acontece no sistema de justiça. Na prática, quer dizer que a cor também pesa na hora de indiciar e julgar as pessoas. Isso precisa acabar. Por isso que eu estou com a ONU na Campanha Vidas Negras.

Rafaela Silva, Campeã Mundial e Olímpica de Judô

A campanha Vidas Negras, pelo fim da violência contra a juventude negra, posiciona a ONU de forma bastante interessante e propositiva, diante de um dos principais desafios de desenvolvimento sustentável no Brasil: não deixar a juventude negra para trás. O principal problema nesse contexto é a violência letal contra este grupo populacional específico, com impacto em famílias, comunidades e na sociedade inteira. Um jovem negro é morto a cada 23 minutos e isso precisa ter fim. Assim, é importante canalizar a capacidade da ONU de congregar os diferentes atores sociais para superar o racismo – que se destaca entre as várias causas desse quadro de violência.

Jaime Nadal, Representante do UNFPA no Brasil



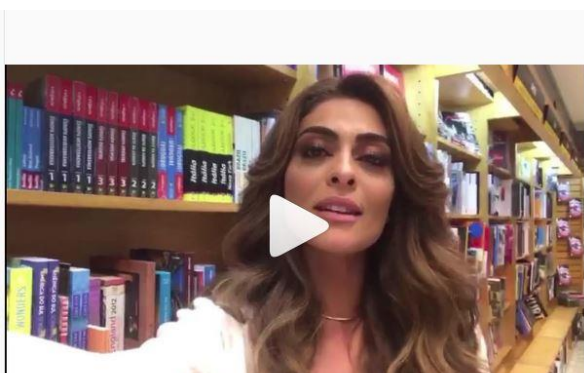
Comunicação

O Sistema das Nações Unidas no Brasil vem se destacando ao longo dos últimos anos como uma das equipes de País da ONU com maior visibilidade e alcance no âmbito nacional e mundial. A página da ONU Brasil no Facebook, por exemplo, é a maior página de país da ONU em todo mundo em relação ao número de seguidores. Esta grande visibilidade é resultado de uma estratégia de comunicação desenvolvida conjuntamente entre todas as agências especializadas, fundos e programas do Sistema ONU no Brasil.

Para além de promover o aumento da visibilidade das ações e atividades desenvolvidas pelos Eixos, a estratégia de comunicação da ONU Brasil também busca mudar comportamentos no âmbito individual e institucional que levem ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Nesse sentido, vale ressaltar que, entre maio e novembro, o Sistema ONU Brasil promoveu de diversas maneiras mensagens contra agressão de mulheres: posicionamento conjunto cobrando investigação e punição dos agressores, produção de materiais impressos e vídeos sobre resgate de mulheres de cenários de violência e a iluminação, em laranja, da estátua do Cristo Redentor, cartão postal no Rio de Janeiro.

No campo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, uma iniciativa de promoção de mudança de comportamento foi a campanha “Guia do Preguiçoso para Salvar o Mundo”. A partir da criação de 42 cartões para redes sociais, mensagens simples mostram como as pessoas podem adotar os ODS no dia-a-dia. A iniciativa teve ampla cobertura da imprensa, alcançando inclusive o Jornal Nacional, com audiência média de 20 milhões de pessoas.

Em 2017, o site da ONU Brasil contou com mais de 339.697 visitantes únicos absolutos; 8,050 milhões de visitas e quase 8,5 milhões de *pageviews*. Em 12 meses, o site publicou 3.327 mensagens e *press-releases*. Nas mídias sociais, a ONU Brasil contou com uma audiência de 668 mil seguidores no Facebook, 85 mil seguidores no Instagram, e 268 mil seguidores no Twitter. A audiência do Instagram pulou de 56.210 em janeiro para 85.877 em dezembro. No mesmo período, foram produzidos mais de 490 vídeos (produção original, edição ou legendagem). Este material foi publicado no Youtube, Facebook, Twitter, Instagram e Vimeo, resultando em 7,5 milhões de visualizações em um ano.



Atriz Juliana Paes divulga em sua conta no Instagram mensagem para o Dia da ONU. Crédito: Instagram/Juliana Paes



As agências, fundos e programas da ONU no Brasil também trabalharam para a divulgação dos dias internacionais e de seus valores. Um exemplo de ação conjunta foi a promoção do Dia Internacional da ONU, em 24 de outubro, por meio de uma campanha digital conjunta com a participação de 21 agências, fundos e programas. Para a iniciativa, foram produzidos vídeos curtos com personalidades brasileiras divulgando mensagens-chave sobre o

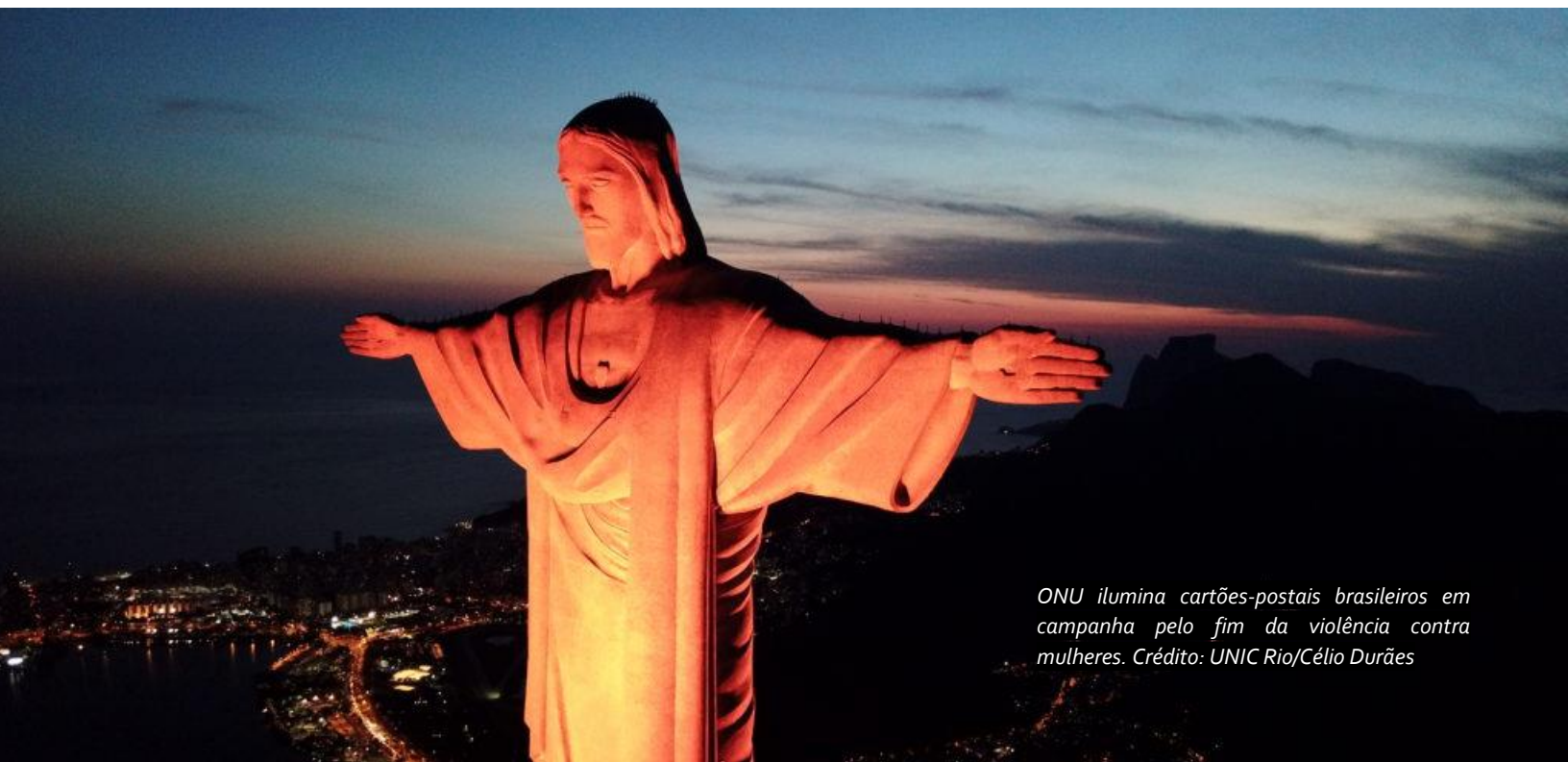
trabalho das Nações Unidas no Brasil, bem como foram produzidos conteúdos para distribuição em perfis de mídias sociais. No dia 24 de outubro, mais de 200 mensagens foram publicadas sob as hashtags #ONUBrasil #DiaDaONU, alcançando mais de 1,5 milhão de pessoas e quase 2 milhões de visualizações.

A campanha da ONU Livres e Iguais produziu conteúdo online que alcançou mais de 600 mil pessoas em 2017. Em janeiro, a campanha lançou uma nova série de cartões sobre nove pessoas trans, dentre as quais estava João W. Nery, ativista pioneiro no Brasil. O atleta olímpico de saltos ornamentais e a jogadora de rúgbi Isadora Coelho também falaram sobre a importância de se assumirem para o público. Em junho, mês do orgulho LGBTI, a UNFE Brasil organizou um concurso de artes visuais com o tema “como seria o mundo se todxs fossem Livres e Iguais para ser quem são e amar quem quer que seja?”.

O resultado foi uma série de 7 cartões com mensagens positivas e autênticas sobre igualdade LGBTI. Datas importantes, como o Dia da Visibilidade Intersexo, foram acompanhadas de mini campanhas nas redes sociais, alcançando mais de 170.000 pessoas.

A ONU Brasil também promoveu uma série de atividades para os 16 dias de ativismo para acabar com a violência contra as mulheres (de 25 de novembro a 10 de dezembro); publicou uma série de conteúdos sobre a saúde da mulher e coordenou a produção de documentos de posição conjunta do Sistema ONU sobre trabalho escravo e aborto. Mais além, foram organizadas atividades conjuntas para o Dia Internacional da Juventude (12 de agosto), para o combate à epidemia do vírus Zika (Mais Direitos Menos Zika) e a criação de uma sala de situação para os direitos da mulher.

2017 também contou com uma série de atividades conjuntas de comunicação no âmbito da Década Internacional dos Afrodescendentes e da Campanha Vidas Negras. Para maiores informações sobre estas ações, favor referir-se ao conteúdo da página 58.



ONU ilumina cartões-postais brasileiros em campanha pelo fim da violência contra mulheres. Crédito: UNIC Rio/Célio Durães

Operações

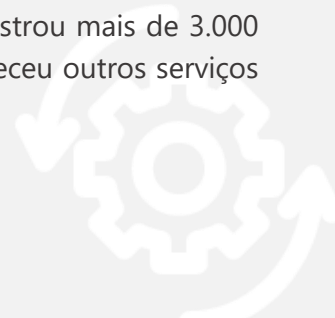
Para que os resultados descritos nos Grupos de Resultados e nos temas transversais pudessem ser alcançados também foi preciso que o Sistema ONU no Brasil trabalhasse conjuntamente para o aperfeiçoamento de seus processos operacionais e administrativos, reduzindo custos e aumentando a eficiência. É com esse intuito que a Equipe de Gerentes de Operações da ONU (*Operations Management Team* – OMT) vem trabalhando para a elaboração de contratos de longo prazo, compartilhamento de informações relacionadas a processos de recursos humanos, administração de áreas prediais comuns e harmonização de procedimentos relacionais a processos de compras, viagens, finanças e tecnologia da informação.

Outro significativo avanço no âmbito operacional tem sido o trabalho da Unidade de Operações Conjuntas (*Joint Operations Facility* - JOF), a qual reúne cinco organismos da ONU no Brasil (PNUD, UNFPA, UNESCO, ONU Meio Ambiente e ONU Mulheres) em uma plataforma única de serviços operacionais. Em 2017, por meio desta iniciativa foi possível:

- a) Promover a simplificação, racionalização e revisão dos fluxos internos de trabalho com foco na qualidade dos processos, levando a economias de escala por meio de importantes reduções das funções equivalentes de tempo integral entre as agências participantes;
- b) Construir práticas operacionais harmonizadas, incluindo a adoção de um Manual Harmonizado de Aquisições;
- c) Criar um Comitê de Revisão Conjunta de Aquisições (*Joint Procurement Review Committee* - JPRC) com a adoção de uma plataforma web de supervisão integrada de aquisição e de atendimento ao cliente/fornecedor;
- d) Implementar o Portal JOF (CMS - *Case Management System*) para recebimento e monitoramento de demandas de compras das agências membros, possibilitando maior interatividade entre o usuário final e a JOF além de aprimorar a transparência e eficiência na condução dos processos; e
- e) Com o intuito de fortalecer a imagem e buscar maior eficiência de custos, transferência das instalações físicas da JOF para o Bloco 2 da Casa da ONU.



Em 2017, a Unidade de Operações Conjuntas (JOF) processou aquisições na ordem de US\$ 41 milhões, bem como administrou mais de 3.000 missões de trabalho e forneceu outros serviços de viagem.



Parcerias

Bem como apontado pela Agenda 2030 e pelo Marco de Parcerias das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, o alcance dos ODS só é possível com a continuidade de parcerias bem-sucedidas e criação de novas parcerias inovadoras. Para a implementação das 474 atividades planejadas para 2017 e 2018, foram estabelecidas diversas parcerias com instituições no Brasil e fora do país. Em sua maioria, são instituições parceiras do setor público, tanto no âmbito nacional, quanto estadual e municipal.

A ONU Brasil e a Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável assinaram um Memorando de Entendimento com vistas a estabelecer um marco de cooperação para a promoção dos ODS e para a Agenda 2030 no país. O documento prevê a cooperação entre as partes em uma série de áreas como a coordenação e otimização no uso de redes institucionais e recursos humanos e financeiros para a formulação e implementação conjunta de programas, projetos e iniciativas relacionadas à Agenda 2030 e aos ODS.

No âmbito das parcerias com os municípios brasileiros, em abril de 2017, o Sistema ONU no Brasil apoiou a organização do “Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável”, o maior encontro de governos locais focado em sustentabilidade da América Latina. A partir de diálogo estabelecido no Encontro, foi assinado um Memorando de Entendimento com a Frente Nacional de Prefeitos (FNP), com o objetivo de estabelecer um marco para a cooperação e facilitar a colaboração entre as partes em áreas de interesse comum, em especial na promoção e implementação dos ODS.

Há também um número significativo de instituições parceiras do setor privado e organizações da sociedade civil. Na esfera das parcerias com o setor privado, destaca-se a Rede Brasil do Pacto Global, que busca mobilizar a comunidade empresarial para a adoção de valores fundamentais nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção em suas práticas de negócios. A Rede Brasil do Pacto Global é hoje a 3ª maior rede local do Pacto Global, com mais de 700 signatários.

Abaixo são identificados os nomes dos principais parceiros da ONU para a implementação de suas atividades em 2017.

- A União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime)
- Articulação de Organizações de Mulheres Negras do Brasil (AMNB)
- Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do NE, MG e ES (APOINME)
- Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)
- Associação Brasileira de Empresas de Rádio e TV
- Associação Brasileira de Enfermagem Obstétrica e Neonatal
- Associação Brasileira de Enfermagem Obstétrica e Neonatal (ABENFO)
- Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA)
- Associação Compassiva
- Associação Médica Brasileira
- Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)
- Associação pelos Direitos das Mulheres e o Desenvolvimento (AWID)
- Aty Cunhã
- Banco de Desenvolvimento Interamericano

- Banco do Nordeste
- Banco Mundial
- Banda Lupa
- Banese
- Campus Party
- Caritas
- Cátedra Sérgio Vieira de Mello
- Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFMEA)
- Centro Universitário de Brasília (UniCeub)
- Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS)
- Comissão Nacional de Segurança Química
- Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- Comitê Mulheres Negras Rumo a um Planeta 50-50
- Comitês locais para refugiados, Secretaria Estaduais e Municipais de Justiça, Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, Saúde, Trabalho
- Confederação Nacional da Indústria (CNI)
- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)
- Congresso em Foco
- Conselho Municipal do Idoso
- Conselho Nacional de Secretarias municipais de Saúde (CONASEMS)
- Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)
- Corpolítica
- Criola
- Cuna Coletivo Feminista
- Economic Policy Research Institute (EPRI)
- Empresa Brasileira de Comunicação (EBC)
- Enlace Continental de Mujeres Indígenas de las Américas (ECMIA)
- Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)
- Escola Nacional de Saúde Pública
- Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo - FMRB/USP
- Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia
- Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia
- Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN)
- Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho
- Ford Foundation
- Forum of Women of Political Parties
- Foundation Center
- Frente Nacional de Prefeitos (FNP)
- Fundação Dom Cabral
- Fundação Getúlio Vargas (FGV)
- Fundação João Pinheiro
- Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)
- Fundação Telefônica
- Furnas
- Geledes
- Global Environment Facility
- Global Water Partnership
- Governo do Distrito Federal
- Governo do Estado a Bahia
- Governo do Estado da Paraíba
- Governo do Estado de Minas Gerais
- Governo do Estado do Piauí
- Governo do Estado do Rio de Janeiro
- Governo do Estado do Rio Grande do Sul
- Governo do Estado do Tocantins
- Grupo Globo
- Grupo TV1
- INPACTO
- Insper
- Instituto Brasileiro de Transmasculinidade (IBRAT)
- Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos
- Instituto Federal de Goiás
- Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
- Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH)
- Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

- Instituto Nacional de Tecnologia
- Instituto TIM
- International Food Policy Research Institute (IFPRI)
- Itaipú Binacional
- Me Representa
- MERCOSUL
- Migraflitx
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)
- Ministério da Casa Civil
- Ministério da Ciência e Tecnologia
- Ministério da Cultura (MC)
- Ministério da Educação (MEC)
- Ministério da Justiça (MJ)
- Ministério da Saúde (MS)
- Ministério da Segurança Pública (MSP)
- Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos
- Ministério das Relações Exteriores (MRE)
- Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)
- Ministério do Meio Ambiente (MMA)
- Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP)
- Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
- Ministério Público da União
- Missão Paz
- Movimento Nacional das Cidadãs Positivas (MNCP)
- Nike
- Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra)
- Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)
- Pacto Global das Nações Unidas
- Petrobrás
- Procasur
- Rede de Juventude Indígena (REJUIND)
- Rede Esporte pela Mudança Social
- Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV/Aids (RNAJVHA)
- Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil (Rede Trans Brasil)
- Rede ODS Universidade
- Rede Solidária para Refugiados e Imigrantes
- Rockefeller Philanthropy Advisors
- Rotary Clube
- Samsung
- Secretaria De Governo (SEGOV)
- Secretaria-Geral da Presidência da República
- SOS Corpo
- Think Olga
- Tribunal Superior Eleitoral (TSE)
- União Africana (UA)
- União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (UMIAB)
- Universidade Católica Dom Bosco
- Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
- Universidade de Brasília
- Universidade de São Paulo
- Universidade do Estado do Rio de Janeiro
- Universidade Estadual de Campinas
- Universidade Federal de Campina Grande
- Universidade Federal de Goiás
- Universidade Federal de Juíz de Fora
- Universidade Federal de Lavras
- Universidade Federal de Mato Grosso
- Universidade Federal de Minas Gerais
- Universidade Federal de Pernambuco
- Universidade Federal de Roraima
- Universidade Federal de Viçosa
- Universidade Federal do Amazonas
- Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Universidade Livre do Meio Ambiente Fundação Parque Tecnológico da Paraíba
- Universidade Tecnológica Federal do Paraná
- Universidade Federal do Ceará
- World Resources Institute
- World Wildlife Fund



Sistema das Nações Unidas no Brasil

ACNUDH

Escritório Regional para América do Sul do
Alto Comissariado das Nações Unidas para os
Direitos Humanos
E-mail: ohchr-santiago@ohchr.org
Website: www.acnudh.org/pt-br/

ACNUR

Alto Comissariado das Nações Unidas para os
Refugiados
E-mail: brabr@unhcr.org
Website: www.acnur.org.br

CEPAL

Comissão Econômica para América Latina e o
Caribe
E-mail: cepal.brasilia@cepal.org
Website: www.cepal.org/brasil

FAO

Organização das Nações Unidas para
Agricultura e Alimentação
E-mail: fao-br@fao.org
Website: www.fao.org/brasil

FIDA

Fundo Internacional de Desenvolvimento
Agrícola
E-mail: fida-brasil@ifad.org
Website: www.ifad.org/

FMI

Fundo Monetário Internacional
E-mail: RR-BRA@imf.org
Website:
www.imf.org/en/Countries/ResRep/BRA

OIM

Organização Internacional para as Migrações
E-mail: iombrazil@iom.int
Website: www.robuenosaires.iom.int/brasil

OIT

Organização Internacional do Trabalho
E-mail: brasilia@ilo.org
Website: www.ilo.org/brasilia

OMPI

Organização Mundial da Propriedade
Intelectual
E-mail: brazil.office@wipo.int
Website: www.wipo.int

ONU Habitat

Programa das Nações Unidas para os
Assentamentos Humanos
E-mail: brasil@onuhabitat.org
Website: www.onuhabitat.org

ONU Meio Ambiente

Programa das Nações Unidas para o Meio
Ambiente
E-mail: pnuma.brasil@pnuma.org
Website: web.unep.org/americalatinacaribe/br

ONU Mulheres

Entidade das Nações Unidas para a Igualdade
de Gênero e o
Empoderamento das Mulheres
E-mail: onumulheres@unwomen.org
Website: www.onumulheres.org.br

OPAS/OMS

Organização Pan-Americana da Saúde /
Organização Mundial da Saúde
Website: www.paho.org/bra/

PMA

Programa Mundial de Alimentos
E-mail: brazil.centrefexcellence@wfp.org
Website: www.wfp.org

PNUD

Programa das Nações Unidas para o
Desenvolvimento
E-mail: comunica.br@undp.org
Website: www.pnud.org.br

UIT

União Internacional de Telecomunicações
E-mail: itubrasilia@itu.int
Website: www.itu.int

UNAIDS

Programa Conjunto das Nações Unidas sobre
HIV/AIDS
E-mail: imprensa@unaids.org
Website: www.unaids.org.br

UNDSS

Departamento de Salvaguarda e Segurança
das Nações Unidas
Website: www.undss.org.br

UNESCO

Organização das Nações Unidas para a
Educação, a Ciência e a Cultura
E-mail: brasilia@unesco.org
Website: www.unesco.org/brasilia

UNFPA

Fundo de População das Nações Unidas
E-mail: unfpa@unfpa.org.br
Website: www.unfpa.org.br

UNIC Rio

Centro de Informação das Nações Unidas
E-mail: unic.brazil@unic.org
Website: unicrio.org.br

UNICEF

Fundo das Nações Unidas para a Infância
E-mail: brasilia@unicef.org
Website: www.unicef.org.br

UNIDO

Organização das Nações Unidas para o
Desenvolvimento Industrial
E-mail: office.brazil@unido.org
Website: www.unido.org

UNISDR

Escritório das Nações Unidas para a Redução
do Risco de Desastres
Website: www.unisdr.org/americas

UNODC

Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e
Crime
E-mail: unodc.brasil@unodc.org
Website: www.unodc.org.br

UNOPS

Escritório das Nações Unidas para Serviços de
Projetos
E-mail: brasil@unops.org
Website: www.unops.org



www.onu.org.br

 www.facebook.com/ONUBrasil

 www.twitter.com/ONUBrasil

 www.youtube.com/ONUBrasil

 www.instagram.com/ONUBrasil